



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

(Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 25)

OBJETO

Aquisição do **MOBILIÁRIO DO PLENÁRIO DO PRÉDIO-SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/RJ**, localizada na Praça Coronel Monnerat, 252, Centro, Bom Jardim/RJ, em conformidade com o projeto arquitetônico, Anexo A deste Termo de Referência.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 303/2025

DATA DA SESSÃO PÚBLICA 23/12/2025



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

ÍNDICE

1 – DO OBJETO	4
2 – REGRAS RELATIVAS À CONVOCAÇÃO	9
2.1 - LOCAL, DATA E HORA	9
2.2 - PREÇO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO	9
2.3 - DO CREDENCIAMENTO	14
2.4 - DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME	15
2.5 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO	16
2.6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	16
2.7 – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO	17
3 - REGRAS RELATIVAS AO JULGAMENTO	17
3.1 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	17
3.2 - DA PROPOSTA DE PREÇOS	17
3.3 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	18
3.4 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES	19
3.5 - DA NEGOCIAÇÃO	20
4 - REGRAS RELATIVAS À HABILITAÇÃO	21
4.1 – DA HABILITAÇÃO	21
4.2 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	22
4.3 - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL	22
5 - REGRAS RELATIVAS AO RECURSO	22
6 - REGRAS RELATIVAS ÀS PENALIDADES	23
7 - REGRAS RELATIVAS À FISCALIZAÇÃO	25
8 - REGRAS RELATIVAS À GESTÃO	25
9 - REGRAS RELATIVAS À ENTREGA DO OBJETO	25
10 - REGRAS RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DO OBJETO	25
11 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	25
12 – ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO	26
12.1 - ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Nº: 059/2025	27
1 – OBJETO (Alínea “a”)	27
2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Alínea “b”)	32
3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Alínea “c”)	32
4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Alínea “d”)	32
4.1 – HABILITAÇÃO	32
5 – EXECUÇÃO DO OBJETO (Alínea “e”)	35
5.5 - SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	36
5.6 - SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	38
5.7 – PENALIDADES	39
5.8 – SUBCONTRATAÇÃO	41
5.9 - GARANTIA DE EXECUÇÃO	41
5.10 – CRITÉRIOS DE REAJUSTE	41
6 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (Alínea “f”)	42
6.1 – GESTÃO DO CONTRATO	42
6.2 – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	42
7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Alínea “g”)	44



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

7.1 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO	44
7.2 – PAGAMENTO	42
8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Alínea “h”)	45
8.1 – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	45
8.2 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	45
8.3 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA	45
9 – ESTIMATIVAS PRÉVIAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Alínea “i”)	47
10 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Alínea “j”)	47
11 - ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA.....	48
12 – ENCERRAMENTO	48
13 - RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO	48
14 - RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO DO PROJETO	48
12.1.1 – ANEXO A – PROJETO ARQUITETÔNICO.....	49
12.2 - ANEXO II- DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA DO ITEM 1.2 DO EDITAL.....	72
12.4 – ANEXO III - DECLARAÇÃO DE LAUDOS TÉCNICOS DO ITEM 1.3 DO EDITAL.....	73



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

PREÂMBULO

A Pregoeira de Contratação da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ comunica que realizará a Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, MODO DE DISPUTA ABERTA**, conforme descrito neste Edital de Pregão Eletrônico e seus Anexos, e de conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, aplicando-se subsidiariamente, as normas da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e a Lei Municipal nº 1.582/2020 e suas posteriores modificações.

1 – DO OBJETO

1.1 – Aquisição do MOBILIÁRIO DO PLENÁRIO DO PRÉDIO-SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/RJ, localizada na Praça Coronel Monnerat, 252, Centro, Bom Jardim/RJ, em conformidade com o projeto arquitetônico, Anexo A deste Termo de Referência.

1.2 – A natureza do mobiliário sob medida conforme projeto arquitetônico do Anexo A e suas respectivas quantidades estão discriminados na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTID.
01	01 (Uma) Mesa Presidente MDF Freijó, com painel ripado louro freijó. 02 (Duas) Mesas Secretário MDF Freijó, com painel ripado louro freijó. 02 (Duas) Mesas Vereadores MDF Freijó, com 04 (Quatro) lugares em cada mesa, com rodízio. 01 (Uma) Tribuna MDF Freijó. 01 (Um) Painel Ripado louro freijó. 02 (Duas) Mesas de Café MDF Freijó. 01 (Uma) Mesa de Filmagem MDF Freijó. 02 (Dois) Guarda-Corpos MDF Freijó. 01 (Uma) Porta MDF Freijó. 01 (Uma) Base de Madeira e 03 mastros para as bandeiras (Nacional, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Bom Jardim).	Unidade	01

1.2.1 – Os tamanhos dos móveis estão descritos no Anexo A deste Termo de Referência.

1.2.2 - O início se dará com a emissão da nota de empenho ou da assinatura do contrato.

1.2.2.1 - O início da contagem do prazo se dará independentemente da manifestação de ciência do recebimento da correspondência eletrônica pela contratada, que será suprida pela juntada do comprovante de envio nos autos do processo.

1.2.2.2 – O mobiliário deverá ser entregue no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do contrato, no seguinte endereço:

1.2.2.2.1 - Praça Coronel Monnerat, 252 Centro, Bom Jardim/RJ.



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

1.2.2.2.1 – O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração.

1.3 – A natureza das poltronas do público, com estofado preto conforme projeto arquitetônico do Anexo A e suas respectivas quantidades estão discriminados na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTID.
01	<p>Poltrona Unitária de estrutura lateral confeccionada em madeira de lei maciça de primeira qualidade, umidade máxima de 12%, composta por uma coluna com dimensões 560 x 260 x 45mm, possuindo dois raios de curvatura na borda frontal. Acabamento em verniz poliuretano acetinado natural ou tingido.</p> <p>Todos os componentes metálicos devem receber tratamento por fosfatização e pintura epóxi pó.</p> <p>Encosto fixo ergonômico, com estrutura interna de madeira compensada, estofado com espuma expandida de no mínimo 23 (vinte e três) kg/m³, acabamento do contra-encosto em madeira compensada multilaminada com lâmina de madeira natural.</p> <p>Assento por rebatimento manual, com estrutura interna de madeira compensada, estofado com espuma de poliuretano expandida de no mínimo 33 (trinta e três) kg/m³, acabamento do contra-assento em madeira compensada multilaminada com lâmina de madeira natural, com perfurações que favorecem a absorção sonora.</p> <p>Revestimento em tecido 100% similicouro preto.</p> <p>Apoio de braços em madeira maciça.</p> <p>Altura total da poltrona variando entre 830mm (oitocentos e trinta milímetros) e 880mm (oitocentos e oitenta milímetros).</p> <p>Profundidade da poltrona em posição de descanso em 520mm (quinhentos e vinte milímetros) e em posição de uso em 620mm (seiscentos e vinte milímetros).</p> <p>Largura entre eixos entre 530mm (quinhentos e trinta milímetros).</p>	Unidade	38
02	<p>Poltrona Unitária para Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR) de estrutura lateral confeccionada em madeira de lei maciça de primeira qualidade, umidade máxima de 12%, composta por uma coluna com dimensões 560 x 260 x 45mm, possuindo dois raios de curvatura na</p>	Unidade	01



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

	<p>borda frontal. Acabamento em verniz poliuretano acetinado natural ou tingido.</p> <p>Todos os componentes metálicos devem receber tratamento por fosfatização e pintura epóxi pó.</p> <p>Encosto fixo ergonômico, com estrutura interna de madeira compensada, estofado com espuma expandida de no mínimo 23 (vinte e três) kg/m³, acabamento do contra-encosto em madeira compensada multilaminada com lâmina de madeira natural.</p> <p>Assento por rebatimento manual, com estrutura interna de madeira compensada, estofado com espuma de poliuretano expandida de no mínimo 33 (trinta e três) kg/m³, acabamento do contra-assento em madeira compensada multilaminada com lâmina de madeira natural, com perfurações que favorecem a absorção sonora.</p> <p>Revestimento em tecido 100% similicouro preto.</p> <p>Apoio de braços basculantes em madeira maciça, para atendimento a Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR).</p> <p>Altura total da poltrona variando entre 830mm (oitocentos e trinta milímetros) e 880mm (oitocentos e oitenta milímetros).</p> <p>Profundidade da poltrona em posição de descanso em 520mm (quinhentos e vinte milímetros) e em posição de uso em 620mm (seiscentos e vinte milímetros).</p> <p>Largura entre eixos entre 530mm (quinhentos e trinta milímetros).</p> <p>Poltrona em conformidade com a NBR 9.050/2020.</p>		
03	<p>Poltrona Unitária de estrutura lateral confeccionada em madeira de lei maciça de primeira qualidade, umidade máxima de 12%, composta por uma coluna com dimensões 560 x 260 x 45mm, possuindo dois raios de curvatura na borda frontal. Acabamento em verniz poliuretano acetinado natural ou tingido.</p> <p>Todos os componentes metálicos devem receber tratamento por fosfatização e pintura epóxi pó.</p> <p>Encosto fixo ergonômico, com estrutura interna de madeira compensada, estofado com espuma expandida de no mínimo 23 (vinte e três) kg/m³,</p>	Unidade	01



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

	<p>acabamento do contra-encosto em madeira compensada multilaminada com lâmina de madeira natural.</p> <p>Assento por rebatimento manual, com estrutura interna de madeira compensada, estofado com espuma de poliuretano expandida de no mínimo 33 (trinta e três) kg/m³, acabamento do contra-assento em madeira compensada multilaminada com lâmina de madeira natural, com perfurações que favorecem a absorção sonora.</p> <p>Revestimento em tecido 100% similicouro preto.</p> <p>Apoio de braços em madeira maciça.</p> <p>Altura total da poltrona variando entre 830mm (oitocentos e trinta milímetros) e 880mm (oitocentos e oitenta milímetros).</p> <p>Profundidade da poltrona em posição de descanso em 520mm (quinhentos e vinte milímetros) e em posição de uso em 620mm (seiscentos e vinte milímetros).</p> <p>Largura entre eixos entre 805mm (oitocentos e cinco milímetros), para Pessoas Obesas (PO).</p> <p>Poltrona em conformidade com a NBR 9.050/2020.</p>		
--	---	--	--

1.3.1 – O posicionamento das poltronas está descrito no Anexo A deste Termo de Referência.

1.3.2 – A licitante vencedora deverá apresentar laudos que comprovem as especificações em conformidade com:

1.3.2.1 - As normas de ergonomia (NR 17).

1.3.2.2 - Certificação ABNT (NBR 15.878/2011).

1.3.2.3 – Laudo de Densidade da Espuma (NBR 8.537/2015).

1.3.2.4 – Laudo de Queima de Espuma (NBR 9.178/2015).

1.3.2.5 – Ensaio de Inflamabilidade de Estofados (BS 5.852/2006 TECIDO/ESPUMA).

1.3.2.6 - Determinação Película Seca (ESPESSURA MÍNIMA 70mm) (NBR 10.443/2008).

1.3.2.7 - Determinação de Aderência da tinta (GR = 0) (NBR 11.003/2023).

1.3.2.8 - Avaliação do grau de Enferrujamento (ABNT NBR ISO 4.628-3/2022).

1.3.2.9 - Determinação da Resistência ao Rasgamento (MIN 700) (NBR 8.516/2015).

1.3.3 - O início se dará com a emissão da nota de empenho ou da assinatura do contrato.

1.3.3.1 - O início da contagem do prazo se dará independentemente da manifestação de ciência do recebimento da correspondência



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

eletrônica pela contratada, que será suprida pela juntada do comprovante de envio nos autos do processo.

1.3.3.2 – As poltronas do público deverão ser entregues no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do contrato, no seguinte endereço:

1.3.3.2.1 - Praça Coronel Monnerat, 252 Centro, Bom Jardim/RJ.

1.3.3.2.2 – O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração.

1.4 – A natureza das cadeiras giratórias tipo presidente, com estofado preto conforme projeto arquitetônico do Anexo A e suas respectivas quantidades estão discriminados na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTID.
01	Cadeira Giratória Escritório, tipo Presidente, suportando até 150kg (cento e cinquenta quilos); Certificado NR17 ergonômica; de couro sintético PU na cor preta; Almofada sobreposta (pillow top) e assento com 42 molas ensacadas; Base giratória com pistão e rodízios (05 rodinhas) em nylon; Apoio de cabeça; Suporte para coluna e lombar; Apoio de braço com espuma; Sistema relax com ajuste de reclinção personalizado; Ajuste de altura para diferentes perfis de usuários; Flange com tilt para movimento de inclinação. Medidas da Cadeira: Largura mínima: 55cm; Altura mínima: 112cm; Altura máxima: 123cm; Profundidade mínima: 60cm; Medidas do Assento: Largura mínima: 48cm; Altura mínima desde o chão: 50cm; Altura máxima desde o chão: 62cm	Unidade	11

1.4.1 – O início se dará com a emissão da nota de empenho ou da assinatura do contrato.

1.4.1.1 - O início da contagem do prazo se dará independentemente da manifestação de ciência do recebimento da correspondência eletrônica pela contratada, que será suprida pela juntada do comprovante de envio nos autos do processo.

1.4.1.2 – As cadeiras giratórias deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, no seguinte endereço:



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

1.3.3.2.1 - Praça Coronel Monnerat, 252 Centro, Bom Jardim/RJ.

1.3.3.2.2 – O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração.

1.5 - DOS CUSTOS AGREGADOS AO OBJETO

1.5.1 - Todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, frete, carga e descarga, tributos, sem qualquer exceção, que incidirem sobre a execução do objeto, correrão por conta exclusiva da empresa vencedora, ou seja, sem nenhum custo adicional para a Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ;

2 – REGRAS RELATIVAS À CONVOCAÇÃO

2.1 - LOCAL, DATA E HORA

2.1.1 - A sessão pública será realizada através do sítio www.gov.br/compras/pt-br, dia 23 de dezembro de 2025, com início às 10:00h, horário de Brasília/DF.

2.1.2 - A licitante cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

2.1.3 – O horário de encerramento da sessão de lances ficará a critério da pregoeira, de acordo com as necessidades provindas do andamento do referido pregão.

2.1.4 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização deste pregão eletrônico na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2.1.5 – Código da UASG: 930197

2.2 - PREÇO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO

2.2.1 – O Preço de referência consubstancia-se no valor global estimado de **R\$ 120.492,95 (Cento e Vinte Mil, Quatrocentos e Noventa e Dois Reais, Noventa e Cinco Centavos)**, tendo a estimativa sido realizada através de pesquisa de preços nos moldes do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme valores constantes no item 2.2.2, e Anexos do Termo de Referência deste Edital de Pregão Eletrônico.

2.2.2 – PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO LOTE 1

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTID.	VALOR UNIT. ESTIMADO (EM R\$)	VALOR POR LOTE ESTIMADO (EM R\$)
01	01 (Uma) Mesa Presidente MDF Freijó, com painel ripado louro freijó. 02 (Duas) Mesas Secretário MDF Freijó, com painel ripado louro freijó.	01	59.990,00	59.990,00



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

	<p>02 (Duas) Mesas Vereadores MDF Freijó, com 04 (Quatro) lugares em cada mesa, com rodízio.</p> <p>01 (Uma) Tribuna MDF Freijó.</p> <p>01 (Um) Pannel Ripado louro freijó.</p> <p>02 (Duas) Mesas de Café MDF Freijó.</p> <p>01 (Uma) Mesa de Filmagem MDF Freijó.</p> <p>02 (Dois) Guarda-Corpos MDF Freijó.</p> <p>01 (Uma) Porta MDF Freijó.</p> <p>01 (Uma) Base de Madeira e 03 mastros para as bandeiras (Nacional, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Bom Jardim).</p>			
VALOR TOTAL ESTIMADO EM (R\$) LOTE 1				59.990,00

2.2.3 – PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO LOTE 2

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTID.	VALOR UNIT. ESTIMADO (EM R\$)	VALOR POR LOTE ESTIMADO (EM R\$)
01	<p>Poltrona Unitária de estrutura lateral confeccionada em madeira de lei maciça de primeira qualidade, umidade máxima de 12%, composta por uma coluna com dimensões 560 x 260 x 45mm, possuindo dois raios de curvatura na borda frontal. Acabamento em verniz poliuretano acetinado natural ou tingido.</p> <p>Todos os componentes metálicos devem receber tratamento por fosfatização e pintura epóxi pó.</p> <p>Encosto fixo ergonômico, com estrutura interna de madeira compensada, estofado com espuma expandida de no mínimo 23 (vinte e três) kg/m³, acabamento do contra-encosto em madeira compensada</p>	38	1.212,50	46.075,00



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

	<p>multilaminada com lâmina de madeira natural.</p> <p>Assento por rebatimento manual, com estrutura interna de madeira compensada, estofado com espuma de poliuretano expandida de no mínimo 33 (trinta e três) kg/m³, acabamento do contra-assento em madeira compensada multilaminada com lâmina de madeira natural, com perfurações que favorecem a absorção sonora.</p> <p>Revestimento em tecido 100% similicouro preto.</p> <p>Apoio de braços em madeira maciça.</p> <p>Altura total da poltrona variando entre 830mm (oitocentos e trinta milímetros) e 880mm (oitocentos e oitenta milímetros).</p> <p>Profundidade da poltrona em posição de descanso em 520mm (quinhentos e vinte milímetros) e em posição de uso em 620mm (seiscentos e vinte milímetros).</p> <p>Largura entre eixos entre 530mm (quinhentos e trinta milímetros).</p>			
02	<p>Poltrona Unitária para Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR) de estrutura lateral confeccionada em madeira de lei maciça de primeira qualidade, umidade máxima de 12%, composta por uma coluna com dimensões 560 x 260 x 45mm, possuindo dois raios de curvatura na borda frontal. Acabamento em verniz poliuretano acetinado natural ou tingido.</p> <p>Todos os componentes metálicos devem receber tratamento por fosfatização e pintura epóxi pó.</p> <p>Encosto fixo ergonômico, com estrutura interna de madeira</p>	01	1.900,00	1.900,00



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

	<p>compensada, estofado com espuma expandida de no mínimo 23 (vinte e três) kg/m³, acabamento do contra-encosto em madeira compensada multilaminada com lâmina de madeira natural.</p> <p>Assento por rebatimento manual, com estrutura interna de madeira compensada, estofado com espuma de poliuretano expandida de no mínimo 33 (trinta e três) kg/m³, acabamento do contra-assento em madeira compensada multilaminada com lâmina de madeira natural, com perfurações que favorecem a absorção sonora.</p> <p>Revestimento em tecido 100% similicouro preto.</p> <p>Apoio de braços basculantes em madeira maciça, para atendimento a Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR).</p> <p>Altura total da poltrona variando entre 830mm (oitocentos e trinta milímetros) e 880mm (oitocentos e oitenta milímetros).</p> <p>Profundidade da poltrona em posição de descanso em 520mm (quinhentos e vinte milímetros) e em posição de uso em 620mm (seiscentos e vinte milímetros).</p> <p>Largura entre eixos entre 530mm (quinhentos e trinta milímetros).</p> <p>Poltrona em conformidade com a NBR 9.050/2020.</p>			
03	<p>Poltrona Unitária de estrutura lateral confeccionada em madeira de lei maciça de primeira qualidade, umidade máxima de 12%, composta por uma coluna com dimensões 560 x 260 x 45mm, possuindo dois raios de curvatura na borda frontal.</p>	01	2.099,95	2.099,95



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

	<p>Acabamento em verniz poliuretano acetinado natural ou tingido.</p> <p>Todos os componentes metálicos devem receber tratamento por fosfatização e pintura epóxi pó.</p> <p>Encosto fixo ergonômico, com estrutura interna de madeira compensada, estofado com espuma expandida de no mínimo 23 (vinte e três) kg/m³, acabamento do contra-encosto em madeira compensada multilaminada com lâmina de madeira natural.</p> <p>Assento por rebatimento manual, com estrutura interna de madeira compensada, estofado com espuma de poliuretano expandida de no mínimo 33 (trinta e três) kg/m³, acabamento do contra-assento em madeira compensada multilaminada com lâmina de madeira natural, com perfurações que favorecem a absorção sonora.</p> <p>Revestimento em tecido 100% similicouro preto.</p> <p>Apoio de braços em madeira maciça.</p> <p>Altura total da poltrona variando entre 830mm (oitocentos e trinta milímetros) e 880mm (oitocentos e oitenta milímetros).</p> <p>Profundidade da poltrona em posição de descanso em 520mm (quinhentos e vinte milímetros) e em posição de uso em 620mm (seiscentos e vinte milímetros).</p> <p>Largura entre eixos entre 805mm (oitocentos e cinco milímetros), para Pessoas Obesas (PO).</p> <p>Poltrona em conformidade com a NBR 9.050/2020.</p>			
VALOR TOTAL ESTIMADO EM (R\$) LOTE 2				50.074,95



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

2.2.4 – PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO LOTE 3

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTID.	VALOR UNIT. ESTIMADO (EM R\$)	VALOR POR LOTE ESTIMADO (EM R\$)
01	Cadeira Giratória Escritório, tipo Presidente, suportando até 150kg (cento e cinquenta quilos); Certificado NR17 ergonômica; de couro sintético PU na cor preta; Almofada sobreposta (pillow top) e assento com 42 molas ensacadas; Base giratória com pistão e rodízios (05 rodinhas) em nylon; Apoio de cabeça; Suporte para coluna e lombar; Apoio de braço com espuma; Sistema relax com ajuste de reclinção personalizado; Ajuste de altura para diferentes perfis de usuários; Flange com tilt para movimento de inclinação. Medidas da Cadeira: Largura mínima: 55cm; Altura mínima: 112cm; Altura máxima: 123cm; Profundidade mínima: 60cm; Medidas do Assento: Largura mínima: 48cm; Altura mínima desde o chão: 50cm; Altura máxima desde o chão: 62cm	11	948,00	10.428,00
VALOR TOTAL ESTIMADO EM (R\$) LOTE 3				10.428,00

2.3 - DO CREDENCIAMENTO

2.3.1 – Poderão participar deste Pregão Eletrônico as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e do sítio www.gov.br/compras/pt-br.

2.3.1.1 - Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

2.3.1.2 - O credenciamento da licitante junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal,



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.3.2 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ, promotora do pregão eletrônico, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.3.3 – É vedado a um mesmo procurador, representante legal ou credenciado representar mais de uma licitante, sob pena de afastamento das empresas participantes envolvidas no pregão eletrônico.

2.4 - DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

2.4.1 - Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, a pessoa física ou jurídica que estejam enquadradas nas seguintes condições:

2.4.1.1 - Suspensas temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, ainda na vigência da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 10.520/02;

2.4.1.2 - Impedidas de licitar e contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, do Município de Bom Jardim/RJ, nos termos do inciso III, e parágrafo quarto, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21;

2.4.1.3 - Declaradas inidôneas para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todas os entes federativos, na forma do inciso IV, e parágrafo quinto, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21;

2.4.1.4 - Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme inciso IV do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21;

2.4.1.5 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.4.1.6 - Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.4.1.7 - O agente público da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ, estendendo-se a vedação a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

2.4.1.8 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.4.1.9 - Agente público da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4.1.10 - Que tiverem decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.

2.4.1.10.1 - Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

2.4.1.11 - Proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais);

2.4.1.12 - Empresário ou sociedade empresária cujos sócios majoritários, nos termos do inciso III, do artigo 12, da Lei Federal nº 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (Lei da Improbidade Administrativa);

2.4.1.13 - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

2.4.1.14 - Os impedimentos previstos nos itens 2.4.1.2, 2.4.1.3 e 2.4.1.4 serão aplicados a licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante;

2.4.1.15 - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

2.4.2 - Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

2.5 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

2.5.1 – Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão eletrônico, protocolizando o pedido em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas deste edital de pregão eletrônico.

2.5.2 – Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados à Pregoeira até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico **licitacoes@camarabomjardim.rj.gov.br**.

2.5.3 – Caberá à Pregoeira, decidir sobre a petição até o prazo de 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

2.5.4 - Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

2.6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.6.1 – Vide item 10 do Termo de Referência – TR.



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

2.7 – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

2.7.1 – O presente Edital estará disponível aos interessados em participar do certame no Setor de Licitações da Câmara, situada na Praça Coronel Monnerat, 252, Centro, Bom Jardim/RJ, de segunda-feira a sexta-feira, das 09:00h às 12:00h e das 13:30h às 16:30h; no sítio da Câmara Municipal, <https://camarabomjardim.rj.gov.br/licitacao/>; e no portal onde será realizado o **Pregão Eletrônico**, no sítio **www.gov.br/compras/pt-br**.

2.7.2 – A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021.

2.7.2.1 – Aplicação, no que couber, da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08 de agosto de 2022, conforme autorizado pelo artigo 187 da Lei Federal 14.133/2021;

2.7.2.2 - Aplicação, no que couber, da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, conforme autorizado pelo artigo 187 da Lei Federal 14.133/2021;

2.7.2.3 – Aplicação, no que couber, a Resolução nº 002/2023, de 03 de abril de 2023; e a Resolução nº 003/2023, de 10 de abril de 2023, da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ.

3 - REGRAS RELATIVAS AO JULGAMENTO

3.1 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1.1 – Vide item 8 do Termo de Referência – TR.

3.2 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.2.1 – A licitante cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

3.2.1.1 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor da proposta com o preço unitário e total do item, objeto solicitado, em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

3.2.2 – A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada, na forma do § 1º do artigo 20 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022.

3.2.3 – As licitantes não poderão oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital de licitação.

3.2.4 - A licitante deverá, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação ou desclassificação, declarar que:

3.2.4.1 – Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital de Pregão Eletrônico;

3.2.4.2 - Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

3.2.4.3 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

3.2.5 - A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que:

3.2.5.1 - Atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nesta lei;

3.2.5.2 - No ano-calendário de realização deste Pregão Eletrônico, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.6 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital de Pregão Eletrônico.

3.2.7 - As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

3.2.7.1 - Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital de Pregão Eletrônico.

3.2.7.2 - Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

3.2.8 - As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital de Pregão Eletrônico.

3.2.8.1 - Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos.

3.2.9 - Poderão ser admitidos pela Pregoeira erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

3.3 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

3.3.1 - A abertura da sessão pública deste PREGÃO ELETRÔNICO, conduzida pela Pregoeira, ocorrerá automaticamente no sistema na data e na hora indicadas no item 2.1.1 deste Edital de Pregão Eletrônico, no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

3.3.2 - Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat).

3.3.3 - Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3.4 - Será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

3.3.5 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

3.3.6 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

3.3.7 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

3.3.8 - Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível as licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

3.3.9 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

3.3.10 - Na hipótese de necessidade da suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de Propostas e documentos de Habilitação de que tratam os artigos 41 e 42 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, o seu reinício somente poderão correr mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

3.4 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

3.4.1 - Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

3.4.2 - A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

3.4.2.1 - A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável, nos termos do § 3º do artigo 21 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022.

3.4.3 - Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

3.4.4 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4.5 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

3.4.6 - Durante a fase de lances, a Pregoeira poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

3.4.7 - Se ocorrer a desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

3.4.8 - No caso de a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

3.4.9 - Neste Pregão Eletrônico o modo de disputa adotado é o aberto, conforme disposto no art. 23 da IN Seges-ME nº 73/2022.

3.4.9.1 - A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

3.4.9.2 - O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para o objeto do item 1.2 deste Edital, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

3.4.9.3 - O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo de R\$ 10,00 (dez reais) para o objeto dos itens 1.3 e 1.4 deste Edital, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

3.5 - DA NEGOCIAÇÃO

3.5.1 – Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício do desempate às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas eventualmente participantes, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar n.º 123/06, o pregoeiro deverá propor negociação direta com a licitante melhor classificada, objetivando obter condições mais vantajosas para a Administração, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

3.5.2 – A negociação será realizada e registrada por meio do sistema Compras.gov.br-SIASG, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes, devendo o seu resultado ser formalmente anexado aos autos do processo de licitação.

3.5.3 - Caso a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará os impedimentos previstos.

3.5.4 - Deverá ser observado, ainda, se a licitante atende às condições de participação no certame, relativamente às exigências previstas neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

3.5.4.1 - SICAF;

3.5.4.2 - Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral de União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

3.5.4.3 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas-CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

3.5.5 - As consultas realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

3.5.6 - Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput):

3.5.6.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

3.5.6.2 - A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

3.5.6.3 - Constatada a existência de sanção, a licitante será considerada desclassificada, por falta de condição de participação.

3.5.7 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

3.5.8 - Na hipótese de a proposta da primeira colocada não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

3.5.8.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

3.5.9 - Caso a Pregoeira necessite de esclarecimentos, será aberto prazo de 01 (um) dia útil para que a licitante apresente as informações solicitadas, sob pena de inabilitação.

4 - REGRAS RELATIVAS À HABILITAÇÃO

4.1 – DA HABILITAÇÃO

4.1.1 - Vide item 4 do Termo de Referência – TR.

4.1.2 - No exame da documentação de habilitação será utilizado os dados constantes no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, sendo que os documentos exigidos que não estejam neste contemplados deverão ser enviados por meio do sistema Comprasgov, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação, contado da convocação efetuada no sistema.

4.1.3 - Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da licitante melhor classificada.

4.1.4 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

4.1.5 - É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

4.1.6 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

4.1.7 - Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

4.1.7.1 - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

4.1.7.2 - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

4.1.8 - Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares ao SICAF, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo máximo 01 (um) dia útil, para que a licitante apresente as



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

informações solicitadas, sob pena de inabilitação, contado da convocação efetuada no sistema.

4.2 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

4.2.1 – A adjudicação deste Pregão Eletrônico compete à Pregoeira e a homologação deste Pregão Eletrônico compete ao Presidente da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ.

4.2.2 - O objeto deste Pregão Eletrônico será adjudicado à licitante vencedora.

4.3 - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

4.3.1 - Depois de homologado o resultado deste Pregão Eletrônico, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital de Pregão Eletrônico.

4.3.2 - Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital de Pregão Eletrônico.

4.3.3 - O prazo para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ.

4.3.4 - Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Sicafe e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

4.3.5 - Quando a licitante convocada não assinar o contrato ou retirada da nota de empenho, no prazo e nas condições estabelecidas, outra licitante poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pela licitante vencedora.

4.3.5.1 - Caso nenhuma das licitantes aceite a contratação nos termos descritos na condição acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital de Pregão Eletrônico, poderá:

4.3.5.1.1 – Convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

4.3.5.1.2 - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5 - REGRAS RELATIVAS AO RECURSO

5.1 - Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 30 (trinta) minutos, de forma imediata, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

5.2 - As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de lavratura da ata do Pregão.

5.3 - As demais licitantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso.



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

5.4 - Será assegurado à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

5.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

6 - REGRAS RELATIVAS ÀS PENALIDADES

6.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como pela inobservância das regras estabelecidas neste Termo de Referência, a CONTRATADA ficará sujeita aos termos do disposto nos artigos 155 e segs. da Lei Federal nº 14.133/21 e da Resolução nº 44/2024 da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ, sendo-lhe aplicada, garantidas a prévia defesa, as seguintes penalidades:

6.1.1 - Advertência;

6.1.2 - Multa;

6.1.3 - Impedimento de licitar e contratar;

6.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.2 - A sanção de advertência, prevista no art. 156, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021, será aplicada pela infração administrativa prevista de dar causa à inexecução parcial do contrato, prevista no art. 155, inc. I, desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

6.3 - A sanção de multa, prevista no art. 156, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021, calculada na forma deste Termo de Referência, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do objeto solicitado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

6.4 - A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no art. 156, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas de dar causa à inexecução parcial do Termo de Referência que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do Termo de Referência; deixar de entregar a documentação exigida para o processo; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do Termo de Referência sem motivo justificado; previstas no art. 155, inc. II, III, IV, V, VI e VII, desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

6.5 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas de apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o processo ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar o objetivo; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; previstas no art. 155, inc. VIII, IX, X, XI e XII, desta Lei, bem



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

6.6 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, estabelecida no art. 156, inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

6.6.1 - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de Ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

6.6.2 - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

6.7 - As sanções de advertência; impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar; prevista no art. 156, inc. I, III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, prevista no inciso II do caput deste artigo.

6.8 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.9 - A aplicação das sanções previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.10 - O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará a empresa vencedora a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência.

6.10.1 - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

6.11 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

6.11.1 - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

6.11.2 - Pagamento da multa;

6.11.3 - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

6.11.4 - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

6.11.5 - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo;

6.12 - A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

7 - REGRAS RELATIVAS À FISCALIZAÇÃO

7.1 – Vide item 6.1 do Termo de Referência – TR.

8 - REGRAS RELATIVAS À GESTÃO

8.1 – Vide item 6.2 do Termo de Referência – TR.

9 - REGRAS RELATIVAS À ENTREGA DO OBJETO

9.1 – Vide item 5 do Termo de Referência – TR.

10 - REGRAS RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DO OBJETO

10.1 – Vide item 7 do Termo de Referência – TR.

11 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 – À Pregoeira e ao Presidente da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ competem anular este Pregão Eletrônico por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

11.1.1 - A anulação do Pregão Eletrônico induz à do contrato.

11.1.2 - As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

11.2 - É facultado à Pregoeira ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato solicitado.

11.2.1 – A Pregoeira poderá a qualquer momento convocar servidor competente da Câmara Municipal para esclarecer eventuais dúvidas técnicas relacionadas à especificação dos itens e a proposta apresentada pelas licitantes.

11.3 – Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ responsabilidade por qualquer custo, independente da condução ou do resultado do pregão eletrônico.

11.4 – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

11.5 – As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, em comprometimento da segurança do futuro contrato.

11.6 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.7 – As disposições estabelecidas neste Edital de Pregão Eletrônico poderão ser alteradas, observadas as disposições do art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

11.8 – Fica assegurado à Administração Pública, sem que caiba às licitantes indenizações a revogação e/ou anulação no todo ou em parte, da presente licitação, dando ciência disso aos interessados.

11.9 – O foro para dirimir questões será o da Comarca de Bom Jardim/RJ.

11.10 – A participação das empresas interessadas nesta licitação implicará no total conhecimento das condições estabelecidas neste Edital de Pregão Eletrônico e em seus anexos, bem como das normas legais e regulamentares que regem a matéria, ficando consignado que na hipótese de ocorrência de casos omissos, estes serão solucionados à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores e demais normas pertinentes.

11.11 – Qualquer pedido de esclarecimento em relação e eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital de Pregão Eletrônico e seus Anexos, deverão ser encaminhadas para o e-mail: licitacoes@camarabomjardim.rj.gov.br, ou ainda, feitas pessoalmente à Pregoeira, no horário de 9:00h às 12:00h e 13:30h às 16:30h, na Praça Coronel Monnerat, 252, Centro, Bom Jardim/RJ, onde poderá ser retirada cópia integral do Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos, e pelo telefone (22) 97600-0013.

12 – ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

12.1 - Os anexos que integram este Edital de Pregão Eletrônico, como partes inseparáveis, são os seguintes:

12.1.1 – Anexo I – Termo Referência.

12.1.2 – Anexo II – Declaração de Vistoria Técnica do item 1.2 do Edital.

12.1.3 – Anexo III - Declaração de Laudos Técnicos do item 1.3 do Edital.

Bom Jardim, 10 de dezembro de 2025.

MARINICE CARDOSO VIEIRA
PREGOEIRA



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº: 062/2025 **(Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 6º, Inciso XXIII)**

PROCESSO Nº: 303/2025

Bom Jardim, 09 de dezembro de 2025.

1 – OBJETO (Alínea “a”)

1.1 – Aquisição do MOBILIÁRIO DO PLENÁRIO DO PRÉDIO-SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/RJ, localizada na Praça Coronel Monnerat, 252, Centro, Bom Jardim/RJ, em conformidade com o projeto arquitetônico, Anexo A deste Termo de Referência.

1.2 – A natureza do mobiliário sob medida conforme projeto arquitetônico do Anexo A e suas respectivas quantidades estão discriminados na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTID.
01	01 (Uma) Mesa Presidente MDF Freijó, com painel ripado louro freijó. 02 (Duas) Mesas Secretário MDF Freijó, com painel ripado louro freijó. 02 (Duas) Mesas Vereadores MDF Freijó, com 04 (Quatro) lugares em cada mesa, com rodízio. 01 (Uma) Tribuna MDF Freijó. 01 (Um) Painel Ripado louro freijó. 02 (Duas) Mesas de Café MDF Freijó. 01 (Uma) Mesa de Filmagem MDF Freijó. 02 (Dois) Guarda-Corpos MDF Freijó. 01 (Uma) Porta MDF Freijó. 01 (Uma) Base de Madeira e 03 mastros para as bandeiras (Nacional, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Bom Jardim).	Unidade	01

1.2.1 – Os tamanhos dos móveis estão descritos no Anexo A deste Termo de Referência.

1.2.2 - O início se dará com a emissão da nota de empenho ou da assinatura do contrato.

1.2.2.1 - O início da contagem do prazo se dará independentemente da manifestação de ciência do recebimento da correspondência eletrônica pela contratada, que será suprida pela juntada do comprovante de envio nos autos do processo.

1.2.2.2 – O mobiliário deverá ser entregue no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do contrato, no seguinte endereço:

1.2.2.2.1 - Praça Coronel Monnerat, 252 Centro, Bom Jardim/RJ.

1.2.2.2.1 – O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração.



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

1.3 – A natureza das poltronas do público, com estofado preto conforme projeto arquitetônico do Anexo A e suas respectivas quantidades estão discriminados na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTID.
01	<p>Poltrona Unitária de estrutura lateral confeccionada em madeira de lei maciça de primeira qualidade, umidade máxima de 12%, composta por uma coluna com dimensões 560 x 260 x 45mm, possuindo dois raios de curvatura na borda frontal. Acabamento em verniz poliuretano acetinado natural ou tingido.</p> <p>Todos os componentes metálicos devem receber tratamento por fosfatização e pintura epóxi pó.</p> <p>Encosto fixo ergonômico, com estrutura interna de madeira compensada, estofado com espuma expandida de no mínimo 23 (vinte e três) kg/m³, acabamento do contra-encosto em madeira compensada multilaminada com lâmina de madeira natural.</p> <p>Assento por rebatimento manual, com estrutura interna de madeira compensada, estofado com espuma de poliuretano expandida de no mínimo 33 (trinta e três) kg/m³, acabamento do contra-assento em madeira compensada multilaminada com lâmina de madeira natural, com perfurações que favorecem a absorção sonora.</p> <p>Revestimento em tecido 100% similicouro preto.</p> <p>Apoio de braços em madeira maciça.</p> <p>Altura total da poltrona variando entre 830mm (oitocentos e trinta milímetros) e 880mm (oitocentos e oitenta milímetros).</p> <p>Profundidade da poltrona em posição de descanso em 520mm (quinhentos e vinte milímetros) e em posição de uso em 620mm (seiscentos e vinte milímetros).</p> <p>Largura entre eixos entre 530mm (quinhentos e trinta milímetros).</p>	Unidade	38
02	<p>Poltrona Unitária para Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR) de estrutura lateral confeccionada em madeira de lei maciça de primeira qualidade, umidade máxima de 12%, composta por uma coluna com dimensões 560 x 260 x 45mm, possuindo dois raios de curvatura na borda frontal. Acabamento em verniz poliuretano acetinado natural ou tingido.</p>	Unidade	01



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

	<p>Todos os componentes metálicos devem receber tratamento por fosfatização e pintura epóxi pó.</p> <p>Encosto fixo ergonômico, com estrutura interna de madeira compensada, estofado com espuma expandida de no mínimo 23 (vinte e três) kg/m³, acabamento do contra-encosto em madeira compensada multilaminada com lâmina de madeira natural.</p> <p>Assento por rebatimento manual, com estrutura interna de madeira compensada, estofado com espuma de poliuretano expandida de no mínimo 33 (trinta e três) kg/m³, acabamento do contra-assento em madeira compensada multilaminada com lâmina de madeira natural, com perfurações que favorecem a absorção sonora.</p> <p>Revestimento em tecido 100% similicouro preto.</p> <p>Apoio de braços basculantes em madeira maciça, para atendimento a Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR).</p> <p>Altura total da poltrona variando entre 830mm (oitocentos e trinta milímetros) e 880mm (oitocentos e oitenta milímetros).</p> <p>Profundidade da poltrona em posição de descanso em 520mm (quinhentos e vinte milímetros) e em posição de uso em 620mm (seiscentos e vinte milímetros).</p> <p>Largura entre eixos entre 530mm (quinhentos e trinta milímetros).</p> <p>Poltrona em conformidade com a NBR 9.050/2020.</p>		
03	<p>Poltrona Unitária de estrutura lateral confeccionada em madeira de lei maciça de primeira qualidade, umidade máxima de 12%, composta por uma coluna com dimensões 560 x 260 x 45mm, possuindo dois raios de curvatura na borda frontal. Acabamento em verniz poliuretano acetinado natural ou tingido.</p> <p>Todos os componentes metálicos devem receber tratamento por fosfatização e pintura epóxi pó.</p> <p>Encosto fixo ergonômico, com estrutura interna de madeira compensada, estofado com espuma expandida de no mínimo 23 (vinte e três) kg/m³, acabamento do contra-encosto em madeira</p>	Unidade	01



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

	<p>compensada multilaminada com lâmina de madeira natural.</p> <p>Assento por rebatimento manual, com estrutura interna de madeira compensada, estofado com espuma de poliuretano expandida de no mínimo 33 (trinta e três) kg/m³, acabamento do contra-assento em madeira compensada multilaminada com lâmina de madeira natural, com perfurações que favorecem a absorção sonora.</p> <p>Revestimento em tecido 100% similicouro preto.</p> <p>Apoio de braços em madeira maciça.</p> <p>Altura total da poltrona variando entre 830mm (oitocentos e trinta milímetros) e 880mm (oitocentos e oitenta milímetros).</p> <p>Profundidade da poltrona em posição de descanso em 520mm (quinhentos e vinte milímetros) e em posição de uso em 620mm (seiscentos e vinte milímetros).</p> <p>Largura entre eixos entre 805mm (oitocentos e cinco milímetros), para Pessoas Obesas (PO).</p> <p>Poltrona em conformidade com a NBR 9.050/2020.</p>		
--	---	--	--

1.3.1 – O posicionamento das poltronas está descrito no Anexo A deste Termo de Referência.

1.3.2 – A licitante vencedora deverá apresentar laudos que comprovem as especificações em conformidade com:

1.3.2.1 - As normas de ergonomia (NR 17).

1.3.2.2 - Certificação ABNT (NBR 15.878/2011).

1.3.2.3 – Laudo de Densidade da Espuma (NBR 8.537/2015).

1.3.2.4 – Laudo de Queima de Espuma (NBR 9.178/2015).

1.3.2.5 – Ensaio de Inflamabilidade de Estofados (BS 5.852/2006 TECIDO/ESPUMA).

1.3.2.6 - Determinação Película Seca (ESPESSURA MÍNIMA 70mm) (NBR 10.443/2008).

1.3.2.7 - Determinação de Aderência da tinta (GR = 0) (NBR 11.003/2023).

1.3.2.8 - Avaliação do grau de Enferrujamento (ABNT NBR ISO 4.628-3/2022).

1.3.2.9 - Determinação da Resistência ao Rasgamento (MIN 700) (NBR 8.516/2015).

1.3.3 - O início se dará com a emissão da nota de empenho ou da assinatura do contrato.

1.3.3.1 - O início da contagem do prazo se dará independentemente da manifestação de ciência do recebimento da correspondência eletrônica pela contratada, que será suprida pela juntada do comprovante de envio nos autos do processo.



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

1.3.3.2 – As poltronas do público deverão ser entregues no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do contrato, no seguinte endereço:

1.3.3.2.1 - Praça Coronel Monnerat, 252 Centro, Bom Jardim/RJ.

1.3.3.2.2 – O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração.

1.4 – A natureza das cadeiras giratórias tipo presidente, com estofado preto conforme projeto arquitetônico do Anexo A e suas respectivas quantidades estão discriminados na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTID.
01	Cadeira Giratória Escritório, tipo Presidente, suportando até 150kg (cento e cinquenta quilos); Certificado NR17 ergonômica; de couro sintético PU na cor preta; Almofada sobreposta (pillow top) e assento com 42 molas ensacadas; Base giratória com pistão e rodízios (05 rodinhas) em nylon; Apoio de cabeça; Suporte para coluna e lombar; Apoio de braço com espuma; Sistema relax com ajuste de reclinção personalizado; Ajuste de altura para diferentes perfis de usuários; Flange com tilt para movimento de inclinação. Medidas da Cadeira: Largura mínima: 55cm; Altura mínima: 112cm; Altura máxima: 123cm; Profundidade mínima: 60cm; Medidas do Assento: Largura mínima: 48cm; Altura mínima desde o chão: 50cm; Altura máxima desde o chão: 62cm	Unidade	11

1.4.1 – O início se dará com a emissão da nota de empenho ou da assinatura do contrato.

1.4.1.1 - O início da contagem do prazo se dará independentemente da manifestação de ciência do recebimento da correspondência eletrônica pela contratada, que será suprida pela juntada do comprovante de envio nos autos do processo.

1.4.1.2 – As cadeiras giratórias deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, no seguinte endereço:

1.3.3.2.1 - Praça Coronel Monnerat, 252 Centro, Bom Jardim/RJ.



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

1.3.3.2.2 – O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração.

1.5 - DOS CUSTOS AGREGADOS AO OBJETO

1.5.1 - Todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, frete, carga e descarga, tributos, sem qualquer exceção, que incidirem sobre a execução do objeto, correrão por conta exclusiva da empresa vencedora, ou seja, sem nenhum custo adicional para a Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ;

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Alínea “b”)

2.1 – Justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

2.2 - REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

2.2.1 – Este Termo de Referência – TR foi elaborado conforme o Estudo Técnico Preliminar – ETP constante deste processo.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Alínea “c”)

3.1 - A solução proposta para a **aquisição do mobiliário do plenário** da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ visa atender de forma eficiente e eficaz às necessidades de modernização e adequação do ambiente de trabalho, conforme as justificativas apresentadas. A contratação será realizada de maneira transparente, observando as exigências legais e com foco na qualidade, funcionalidade e conforto.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Alínea “d”)

4.1 – HABILITAÇÃO

4.1.1 - Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da empresa cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

4.1.1.1 - A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

4.1.2 - Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados por meio de campo próprio do sistema, caso não estejam contemplados no Sicaf e quando solicitado pela Pregoeira, até a conclusão da fase de habilitação.

4.1.3 – Para fins de **Regularidade Fiscal**, deverão ser apresentados:

4.1.3.1 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual e licitado;

4.1.3.2 – Comprovante de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CNPJ;

4.1.3.3 – Certidão de Regularidade com a Seguridade Social (INSS);

4.1.3.4 – Certidão de Regularidade com o FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

4.1.3.5 – Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União;



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

4.1.3.6 – Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais, inclusive Dívida Ativa, do domicílio ou sede da licitante;

4.1.3.6.1 – Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, caso tenha sede no Estado do Rio de Janeiro.

4.1.3.7 – Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal, inclusive Dívida Ativa, do domicílio ou sede da licitante;

4.1.3.8 – Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011 – CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

4.1.4 – Para fins de **Qualificação Econômico-Financeira**, deverão ser apresentados:

4.1.4.1 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);

4.1.4.2 - Balanço Patrimonial - BP, Demonstração de Resultado de Exercício - DRE e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

4.1.4.2.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

4.1.4.2.2 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

4.1.4.3 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

4.1.4.4 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

4.1.4.5 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;

4.1.4.6 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Federal nº 14.133/, art. 65, §1º).

4.1.4.7 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor;

4.1.5 - A Pregoeira poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das empresas;

4.1.5.1 - Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras/pt-br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pela Pregoeira.

4.1.5.1.1 - Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor de Compras e Licitações da Câmara



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

Municipal de Bom Jardim/RJ, situado na Praça Coronel Monnerat, 252, Centro, Bom Jardim/RJ, CEP 28.660-000.

4.1.5.2 - Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da empresa, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

4.1.5.3 - Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

4.1.5.4 - Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.1.5.4.1 - O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

4.1.5.4.2 - A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela empresa, mediante apresentação de justificativa.

4.1.5.5 - A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital de pregão eletrônico, e facultará à Pregoeira convocar as empresas remanescentes, na ordem de classificação.

4.1.6 – Para fins de **Qualificação Técnica**, deverão ser apresentados:

4.1.6.1 - Para comprovação da qualificação técnica as empresas licitantes deverão apresentar comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com validade de até 01 (um) ano da data da licitação;

4.1.6.2 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

4.1.7 – Para fins da comprovação dos **Laudos Técnicos das Poltronas do Item 1.3, deste Termo de Referência**, deverão ser apresentados:

4.1.7.1 – Laudos das normas de ergonomia (NR 17).

4.1.7.2 - Certificação ABNT (NBR 15.878/2011).

4.1.7.3 – Laudo de Densidade da Espuma (NBR 8.537/2015).

4.1.7.4 – Laudo de Queima de Espuma (NBR 9.178/2015).

4.1.7.5 - Ensaio de Inflamabilidade de Estofados (BS 5.852/2006 TECIDO/ESPUMA).

4.1.7.6 - Determinação Película Seca (ESPESSURA MÍNIMA 70mm) (NBR 10.443/2008).

4.1.7.7 - Determinação de Aderência da tinta (GR = 0) (NBR 11.003/2023).



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

4.1.7.8 - Avaliação do grau de Enferrujamento (ABNT NBR ISO 4.628-3/2022).

4.1.7.9 - Determinação da Resistência ao Rasgamento (MIN 700) (NBR 8.516/2015).

4.1.8 - Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital de pregão eletrônico, a empresa será declarada vencedora.

4.1.9 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

4.1.9.1 - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas empresas e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do pregão eletrônico;

4.1.9.2 - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

4.1.10 - Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

4.1.11 - DAS MICROEMPRESAS OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

4.1.11.1 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

4.1.11.1.1 - Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

4.1.11.1.2 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

4.1.11.1.3 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o pregão eletrônico prossegue com as demais empresas.

5 – EXECUÇÃO DO OBJETO (Alínea “e”)

5.1 – A Administração emitirá nota de empenho ou documento equivalente, com a quantidade e identificação dos bens que serão fornecidos, o local da execução, o prazo máximo para início e conclusão, a identificação e assinatura do gestor responsável pela emissão da ordem e a identificação da pessoa jurídica a que se destina a ordem;

5.2 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

ser refeitos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.3 - O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

5.4 - A execução do contrato reputa-se concluída quando as obrigações da Administração e da CONTRATADA forem integralmente cumpridos, após a conclusão do serviço objeto desta contratação, decorridos os prazos de garantia legal e contratual, e realizado o respectivo pagamento;

5.5 - SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.5.1 - A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa execução do objeto;

5.5.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);

5.5.3 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração o serviço que não esteja a contento da Administração;

5.5.4 - Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega ou realização do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.5.5 - Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público;

5.5.6 - Promover, por sua conta, a cobertura, através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na entrega do objeto deste edital;

5.5.7 - Assinar o termo contratual e manter, durante toda a sua vigência, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital;

5.5.8 - Credenciar junto à Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ funcionário (e substituto eventual) que terá disponibilidade imediata de atendimento à Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ e atenderá às requisições de pedidos objeto do presente edital, bem como prestará as informações necessárias ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual.

5.5.9 - Executar os serviços objeto do presente rigorosamente no prazo pactuado e conforme especificações deste Termo e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos;

5.5.10 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

5.5.11 - Indenizar em qualquer caso todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste Termo, respondendo por si e por seus sucessores;

5.5.12 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ;

5.5.13 - Reparar, corrigir, remover ou substituir, prontamente e às suas expensas, as partes do objeto deste Termo de Referência em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, bem como quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo, assim, às reclamações, exigências, medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização e/ou pela gestão da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ;

5.5.14 - É vedada a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

5.5.15 - Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto nos limites fixados no art. 125 da Lei Federal n.º 14.133/21;

5.5.16 - Apresentar documentos, relatórios ou demais informações necessárias à execução do contrato;

5.5.17 - Executar as entregas dentro dos prazos ajustados, cumprindo os horários estabelecidos para atendimento, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos advindos de sua inobservância;

5.5.18 - Ter, em seu quadro, pessoal tecnicamente qualificado para execução do serviço contratado;

5.5.19 - Refazer, às suas expensas, o serviço que tenham comprovadamente sido executados com erros ou imperfeição técnica;

5.5.20 - Aceitar como válidos todos os expedientes enviados por e-mail ao endereço eletrônico indicado pelo fornecedor, inclusive as Notas de Empenho;

5.5.21 - Encaminhar dados bancários na Nota Fiscal, inclusive o pix da empresa;

5.5.22 - A empresa contratada deverá indicar um preposto que será responsável pela gestão deste Termo de Referência;

5.5.23 - Apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa executou de forma satisfatória a prestação do objeto do presente Termo de Referência;

5.5.24 - Cumprir rigorosamente as exigências da legislação tributária, fiscal, trabalhista, previdenciária, assumindo todas as obrigações e encargos legais inerentes e respondendo integralmente pelos ônus resultantes das infrações cometidas;

5.5.25 - Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, transporte, depósito e demais despesas relativas à prestação do objeto;

5.5.26 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;

5.5.27 - Fornecer itens novos, de boa qualidade e em absoluta conformidade com o Termo de Referência;



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

5.5.28 - Indicar endereço eletrônico (e-mail) para o recebimento de expedientes/notificações enviadas pela Câmara Municipal de Bom Jardim;

5.5.29 - Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

5.5.30 - Atender às solicitações de esclarecimento de dúvidas e solução de problemas da contratante;

5.5.31 - A contratada prestará todo e qualquer suporte à contratante, no sentido de solucionar pendências relativas à contratação do objeto, junto aos órgãos públicos municipais, estaduais, federais ou privados, caso isto seja necessário;

5.5.32 - Permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização do objeto contratado, colocando à disposição da Administração, sempre que for solicitado, o encarregado geral, facultando o livre acesso aos registros e documentos pertinentes, sem que esta fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte do CONTRATANTE;

5.5.33 - A contratada não poderá caucionar nem utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sob pena de rescisão contratual;

5.5.34 - A contratada responsabilizar-se-á, independentemente de fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante, pelos prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio do contratante ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do objeto deste Contrato, decorrentes de dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade, não o cumprindo, legitimará o desconto do valor respectivo dos créditos a que porventura faça jus;

5.5.35 - A contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato;

5.5.36 - A contratada deverá comunicar imediatamente, por intermédio do gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato;

5.6 - SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.6.1 - Emitir a nota de empenho ou documento equivalente e verificar se o objeto foi apresentado no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

5.6.2 - Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.6.3 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou servidor especialmente designado para tanto, aplicando sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações sem justificativa;

5.6.4 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

5.6.5 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

5.6.6 - Exercer a fiscalização através de servidor especialmente designado, verificando se no desenvolvimento dos trabalhos está sendo cumpridas as especificações previstas no Termo de Referência de forma satisfatória, documentando quaisquer ocorrências;

5.6.7 - Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao representante da contratada, para que as falhas possam ser corrigidas a tempo;

5.6.8 - Prestar, ao representante da contratada, todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

5.6.9 - Atestar e encaminhar a nota fiscal para pagamento, conforme previsto no Termo de Referência;

5.6.10 - Manifestar-se, por escrito, em todos os atos relativos à execução;

5.6.11 - Supervisionar e avaliar os serviços prestados pela CONTRATADA, com vistas à aferição da eficiência dos resultados das ações;

5.6.12 - Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de quaisquer imperfeições ou irregularidades na execução dos serviços contratados, fixando prazo para sua correção;

5.6.13 - Designar um servidor responsável pela fiscalização deste contrato;

5.6.14 - Informar e manter atualizado junto à contratada nome e telefone do gestor do contrato e seu substituto;

5.6.15 - A CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA a alteração nas legislações federal, estadual e municipal, encaminhando o diploma legal anterior e o novo, informando a data de sua publicação e o início de sua vigência;

5.6.15.1 - A CONTRATANTE se compromete, ainda, a atuar como interlocutora da CONTRATADA, quando necessário, junto aos órgãos reguladores/fiscalizadores, para dirimir dúvidas técnicas e/ou pedidos de esclarecimentos.

5.7 – PENALIDADES

5.7.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como pela inobservância das regras estabelecidas neste Termo de Referência, a CONTRATADA ficará sujeita aos termos do disposto nos artigos 155 e segs. da Lei Federal nº 14.133/21 e da Resolução nº 44/2024 da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ, sendo-lhe aplicada, garantidas a prévia defesa, as seguintes penalidades:

5.7.1.1 - Advertência;

5.7.1.2 - Multa;

5.7.1.3 - Impedimento de licitar e contratar;

5.7.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

5.7.2 - A sanção de advertência, prevista no art. 156, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021, será aplicada pela infração administrativa prevista de dar causa à inexecução parcial do contrato, prevista no art. 155, inc. I, desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

5.7.3 - A sanção de multa, prevista no art. 156, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021, calculada na forma deste Termo de Referência, não poderá ser inferior



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do objeto solicitado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

5.7.4 - A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no art. 156, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas de dar causa à inexecução parcial do Termo de Referência que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do Termo de Referência; deixar de entregar a documentação exigida para o processo; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do Termo de Referência sem motivo justificado; previstas no art. 155, inc. II, III, IV, V, VI e VII, desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

5.7.5 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas de apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o processo ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar o objetivo; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; previstas no art. 155, inc. VIII, IX, X, XI e XII, desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

5.7.6 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, estabelecida no art. 156, inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

5.7.6.1 - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de Ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

5.7.6.2 - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

5.7.7 - As sanções de advertência; impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar; prevista no art. 156, inc. I, III e IV,



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

da Lei Federal nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, prevista no inciso II do caput deste artigo.

5.7.8 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

5.7.9 - A aplicação das sanções previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

5.7.10 - O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará à empresa vencedora a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência.

5.7.10.1 - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

5.7.11 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

5.7.11.1 - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

5.7.11.2 - Pagamento da multa;

5.7.11.3 - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

5.7.11.4 - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

5.7.11.5 - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo;

5.7.12 - A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

5.8 - SUBCONTRATAÇÃO

5.8.1 - Não será admitida subcontratação para o presente objeto.

5.9 - GARANTIA DE EXECUÇÃO

5.9.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

5.10 – CRITÉRIOS DE REAJUSTE

5.10.1 - Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

5.10.2 - Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPC-A exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

5.10.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

5.10.4 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Administração pagará à CONTRATADA a importância calculada pela



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

5.10.5 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

5.10.6 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (Alínea “f”)

6.1 – GESTÃO DO CONTRATO

6.1.1 - DO GESTOR DE CONTRATO:

6.1.1.1 - A Resolução nº 003/2023, de 10 de abril de 2023, da Câmara Municipal de Bom Jardim estabelece em seu art. 9º:

“Art. 9º - O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pelo Presidente, ou por quem esse delegar, preferencialmente entre os servidores efetivos, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

I - Analisar a documentação que antecede o pagamento;

II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

III - Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal;

IV - Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

VI - Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

VII - Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

VII - Outras atividades compatíveis com a função.”

6.1.2 - RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO CONTRATO

6.1.2.1 - Será responsável pela Gestão do Contrato a servidora Nathalia Stutz Amaral, Matrícula 12/0180 GPC, Responsável por Bens em Almoxarifado, Patrimônio e Serviços, conforme Portaria nº 001/2025, da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ.

6.2 – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.2.1 - A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

6.2.1.2 - O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

6.2.2 - A fiscalização de que se trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

6.2.3 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Termo de Referência, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.2.4 - DO FISCAL DE CONTRATO

6.2.4.1 - A Resolução nº 003/2023, de 10 de abril de 2023, da Câmara Municipal de Bom Jardim estabelece em seus artigos 10 e 11:

“Art. 10 - O fiscal de contrato é o servidor, preferencialmente efetivo, designado pelo Presidente, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços.

§ 1º. O fiscal de contrato deve anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

§2º. A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Regulamento.

Art.11 - A função de fiscal de contrato deve ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados e/ou materiais fornecidos pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e eventualmente, propor a autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados e/ou aos materiais fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

IV – Realizar tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato, acompanhamento do empenho e pagamento, formalização de apostilamentos e termos aditivos, e acompanhamento de garantias e glosas;

V – Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

VI – Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária.”

6.2.5 - FISCAL DO CONTRATO

6.2.5.1 - A fiscalização e o acompanhamento da entrega dos produtos solicitados serão efetuados pela servidora Glaciete Vieira Seixas, Matrícula 12/0189 GPC, Auxiliar de Serviços Gerais, conforme Portaria nº 006/2025, da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ.



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Alínea “g”)

7.1 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

7.1.1 – Não haverá medição para o objeto a ser contratado, considerando que o pagamento será em uma única parcela.

7.2 – PAGAMENTO

7.2.1 - O pagamento deverá ser efetuado em parcela única, mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica ou documento equivalente;

7.2.2 - O pagamento será feito através de depósito em conta corrente, por boleto bancário, ou via PIX, informado pela CONTRATADA, na forma da legislação vigente, conforme 1.8.1 deste Termo de Referência.

7.2.3 - Os documentos fiscais serão emitidos em nome da CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM, CNPJ 00.495.116/0001-49, Praça Coronel Monnerat, 252 – Centro – Bom Jardim;

7.2.4 - Junto aos documentos fiscais, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal e trabalhista com validade atualizada:

7.2.4.1 - Certidão de Regularidade com a Seguridade Social (INSS);

7.2.4.2 – Certidão de Regularidade com o FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

7.2.4.3 – Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

7.2.4.4 – Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais, inclusive Dívida Ativa, do domicílio ou sede da licitante;

7.2.4.4.1 – Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, caso tenha sede no Estado do Rio de Janeiro.

7.2.4.5 – Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal, inclusive Dívida Ativa, do domicílio ou sede da licitante;

7.2.4.6 – Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei Federal nº12.440/2011 – CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

7.2.5 - Após a conclusão do serviço do objeto contratado, a Administração incluirá o crédito da CONTRATADA na respectiva fila de pagamento, a fim de garantir o pagamento em obediência à estrita ordem cronológica das datas de exigibilidade dos créditos;

7.2.6 - A ordem de pagamento poderá ser alterada por despacho fundamentado da autoridade superior, nas hipóteses de:

7.2.6.1 - Haver suspensão do pagamento do crédito;

7.2.6.2 - Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

7.2.6.3 - Haver seguros veiculares e imobiliários;

7.2.6.4 - Evitar fundada ameaça de interrupção dos serviços essenciais da Administração ou para restaurá-los;

7.2.6.5 - Cumprimento de ordem judicial ou decisão de Tribunal de Contas;



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

7.2.6.6 - Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

7.2.6.7 - Ocorrência de casos fortuitos ou força maior;

7.2.6.8 - Créditos decorrentes de empréstimos e financiamentos bancários;

7.2.6.9 - Outros motivos de relevante interesse público, devidamente comprovados e motivados;

7.2.7 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando prejuízo econômico extraordinário e extracontratual, para restabelecer a relação que os contratantes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a Administração para o justo pagamento, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser expressamente solicitada, justificada e devidamente comprovada pela CONTRATADA;

7.2.8 - É vedado à CONTRATADA a cessão de crédito para instituições financeiras decorrentes dos pagamentos futuros dispostos neste Termo de Referência, ressalvada a hipótese do art. 46 da Lei Complementar Federal nº 123/06;

7.2.9 - O pagamento será suspenso, por meio de decisão motivada dos servidores competentes, em caso de constada irregularidade na documentação da CONTRATADA ou irregularidade durante o processo de liquidação.

7.2.10 - Deverá a empresa vencedora observar a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 e suas alterações, a fim de retenção de imposto de renda.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Alínea “h”)

8.1 – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1.1 - A forma de seleção será através do **PREGÃO ELETRÔNICO** baseada no **valor estimado da contratação**.

8.2 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.2.1 - O critério de seleção será **menor preço**, sendo a vencedora a empresa que apresentar a proposta com o menor valor por lote, atendendo integralmente às exigências deste Termo de Referência.

8.3 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.3.1 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

8.3.2 - A Pregoeira examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto;

8.3.2.1 - A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão;

8.3.2.2 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Termo de Referência, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

8.3.2.3 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da empresa, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

8.3.2.4 - Não serão aceitas propostas com valores unitários superiores aos estimados cadastrados no sistema;

8.3.2.5 - Será desclassificada a proposta que:

8.3.2.5.1 - Contiver vícios insanáveis;

8.3.2.5.2 - Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Termo de Referência;

8.3.2.5.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

8.3.2.5.3.1 - De acordo com a Lei Federal de Licitações nº 14.133/2021, art. 59, § 4º, preços manifestadamente inexequíveis são aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório do pregão eletrônico;

8.3.2.5.3.1.1 - Conforme art. 34, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 073/2022, em relação a bens e serviços em geral, consideram-se inexequíveis, as propostas cujos valores sejam inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado;

8.3.2.5.3.1.2 - A presunção de inexequibilidade estabelecida no art. 59, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021 deve ser interpretada como uma presunção relativa, cabendo à autoridade responsável pela condução do certame licitatório oportunizar à empresa participante a possibilidade de comprovar os valores ofertados em sua proposta de preços.

8.3.2.5.4 - Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Pregoeira;

8.3.2.5.4.1 - Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto do Pregão Eletrônico;

8.3.2.5.4.2 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 e art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade;

8.3.2.5.5 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Termo de Referência, desde que insanável;

8.3.2.5.6 - Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pela Pregoeira;

8.3.3 - A empresa que abandonar o processo, deixando de enviar a documentação indicada neste Termo de Referência, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento;



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

8.3.4 - Se a proposta não for aceitável, ou se a empresa não atender às exigências de habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Termo de Referência.

8.3.5 - Caso o procedimento de pregão eletrônico seja deserto ou fracassado, pode a Administração adotar uma das seguintes ações:

8.3.5.1 - Na hipótese de licitação fracassada, fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

8.3.5.2 - Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

8.3.5.3 - Republicar o procedimento;

8.3.6 - Em relação ao julgamento das propostas, as situações não previstas neste item serão regidas subsidiariamente pela Instrução Normativa SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021.

8.3.7 - Ademais, em atendimento ao Acórdão nº 3456/2024-PLEN, o qual consta do informativo jurisprudencial nº 02/2024, o julgamento por grupos de itens (lotes) deve ser combinado com o critério de aceitabilidade de preços unitários. Consequentemente, a Administração Pública deverá indicar, de forma expressa, o valor máximo que estará disposta a pagar por cada item a ser adquirido, ainda que a adjudicação se formalize em favor da empresa que apresentar o menor valor por lote de itens, **devendo o edital prever a desclassificação do licitante nos itens em que seu preço seja superior ao valor máximo orçado pela administração.**

8.3.8 - Considerando-se a adoção da adjudicação por preço por lote, **deverá o participante oferecer proposta para todos os produtos e serviços elencados no item 1.3 deste Termo de Referência, sob pena de desclassificação.**

9 – ESTIMATIVAS PRÉVIAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Alínea “i”)

9.1 – Quadro da estimativa da contratação constante do ETP – Estudo Técnico Preliminar.

9.2 - A estimativa do valor da contratação constante do ETP – Estudo Técnico Preliminar foi baseada em pesquisas, através da mediana, no ComprasNet, como consta do presente.

10 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Alínea “j”)

10.1 - As despesas com a execução dos serviços (Taxa Administrativa) correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

10.1.1 - Órgão: 01 – Câmara Municipal

10.1.2 - Unidade Orçamentária: 01.100 – Câmara Municipal

10.1.3 - Funcional: 011220002 – Legislativa

10.1.4 - Projeto/Atividade: 1001000 – Reequipamento da Câmara Municipal

10.1.5 - Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

10.1.6 - Fonte de Recursos: 15000 – Ordinários (Impostos)

11 - ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA

11.1 - Os anexos que integram este Termo de Referência, como partes inseparáveis, são os seguintes:

11.1.1 – Anexo A – Projeto Arquitetônico.

12 - ENCERRAMENTO

12.1 - O presente Termo de Referência compõe-se de 45 (quarenta e cinco) páginas, sendo esta última assinada.

13 - RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

Servidora: Glaciete Vieira Seixas

Matrícula: 12/0189 GPC

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

GLACIETE VIEIRA SEIXAS
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

14 - RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO DO PROJETO

Carlos Gastão Pinto Carrilho

Presidente da Câmara Municipal de Bom Jardim.

Aprovado em ____/____/____

CARLOS GASTÃO PINTO CARRILHO
PRESIDENTE



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

ANEXO A





Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49





Câmara Municipal de Bom Jardim

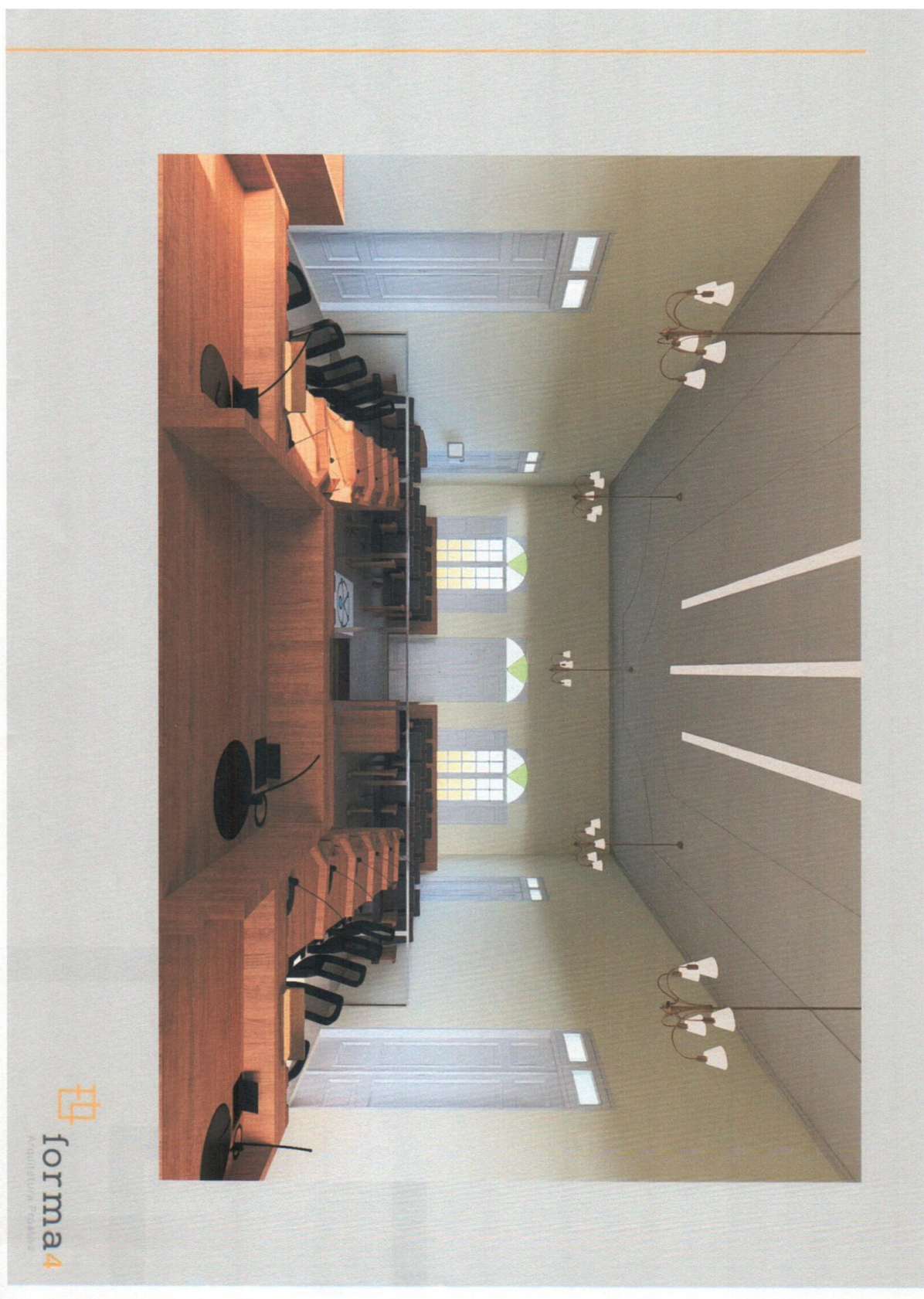
Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49





Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

ÍNDICE

QUANTITATIVO	05
PLANTA BAIXA	06
PLANTA DE LAYOUT	07
PLANTA DE LUMINOTECNICA	08
PLANTA DE PONTOS ELETRICOS	09
DETALHAMENTO	10



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

QUANTITATIVO

ITEM

QUANTIDADE

PERFIL LED LINEAR COR BRANCA FRIA SOBREPOR 17mm x 7mm, 5m -	2 unidades
PERFIL LED LINEAR COR BRANCA FRIA SOBREPOR 17mm x 7mm, 4m -	2 unidades
PISO VINILICO TARKETT ACOUSTIC REF: 367.5040 -	108m ²
Tinta PALHA Suviniil (paredes) -	109m ²
Tinta Branca Suviniil (teto) -	108m ²
Tinta Branca Suviniil Para Madeira (portas / janelas) -	80m ²
BASE DE MADEIRA PARA MASTRO - SITE BANDEIRA1 REF - SKU: BFMOG03	1 unidade
Cadeira Publico Metro Plus - Kastrup produtos -	40 unidades
Cadeira Presidente / secretários - Comfy Direction Preta, Base Giratória e Sistema Relax Cadeira de Escritório	3 unidades
Cadeira Vereadores - Comfy Flexy Lumos Preta em Tecido Fresh, Base Giratória e Sistema Relax Cadeira de Escritório	10 unidades
Cadeira de Filmagem - Comfy Cadeira secretária fixa	1 unidade



Câmara Municipal de Bom Jardim

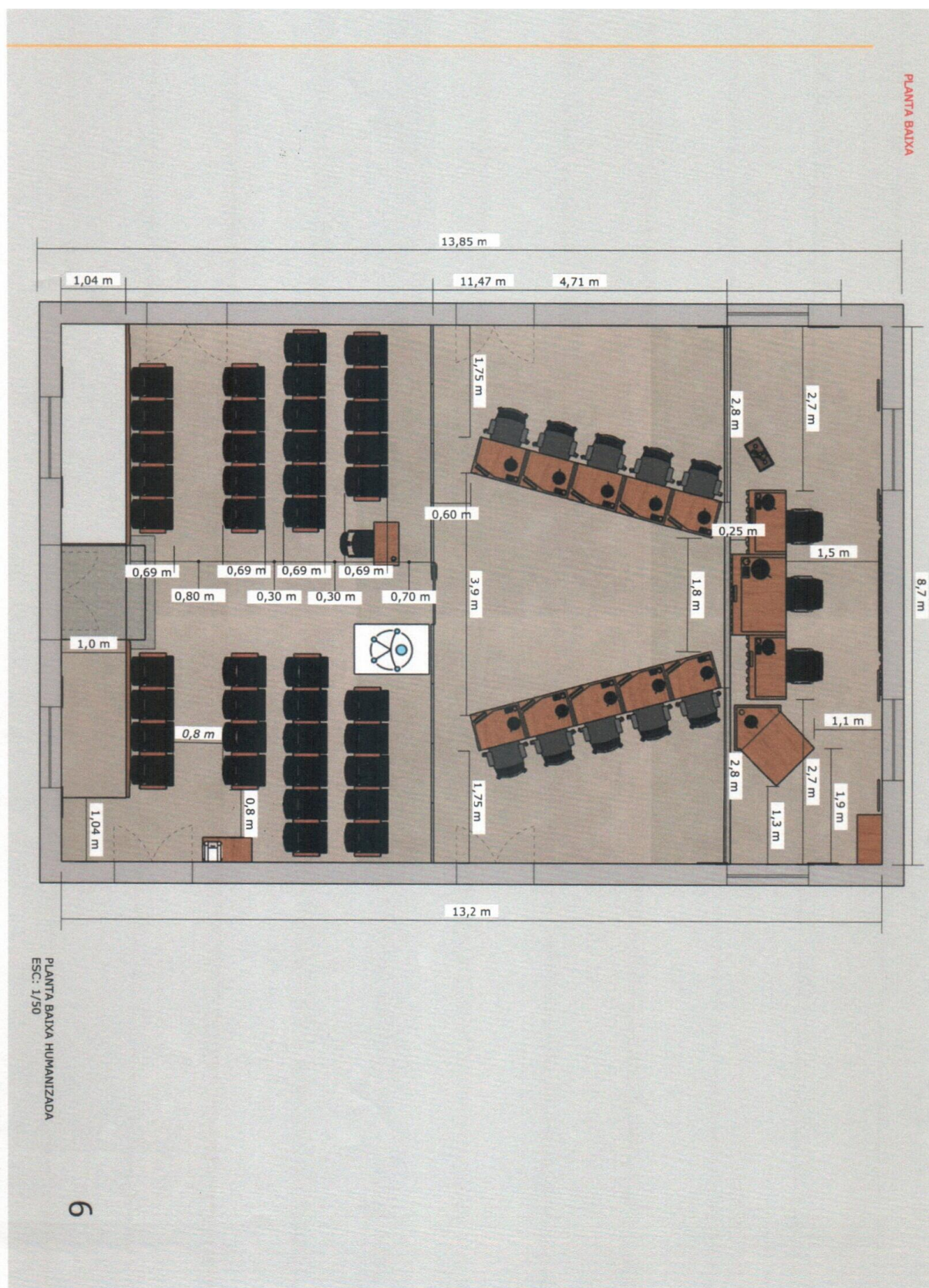
Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49





Câmara Municipal de Bom Jardim

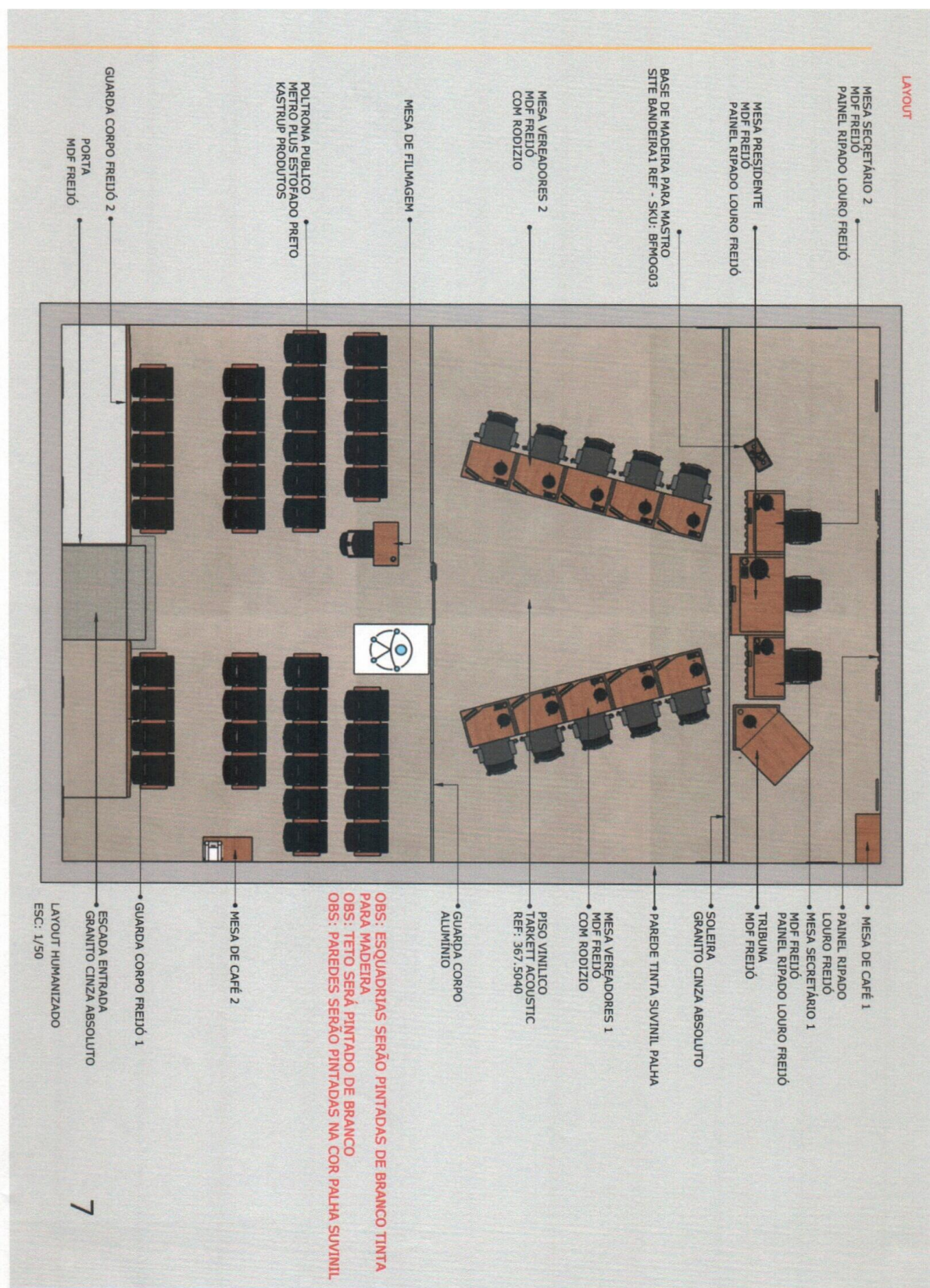
Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49





Câmara Municipal de Bom Jardim

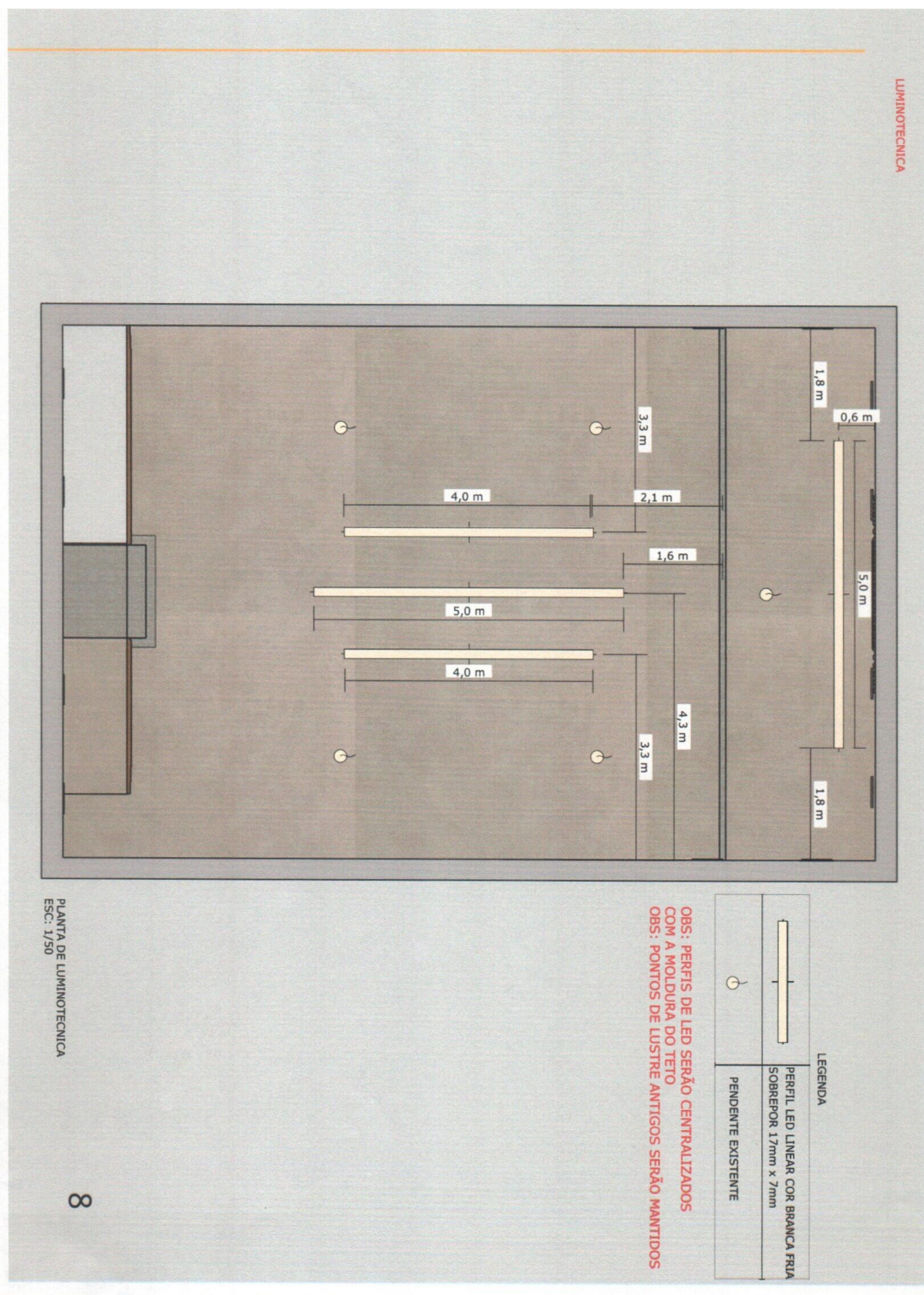
Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49





Câmara Municipal de Bom Jardim

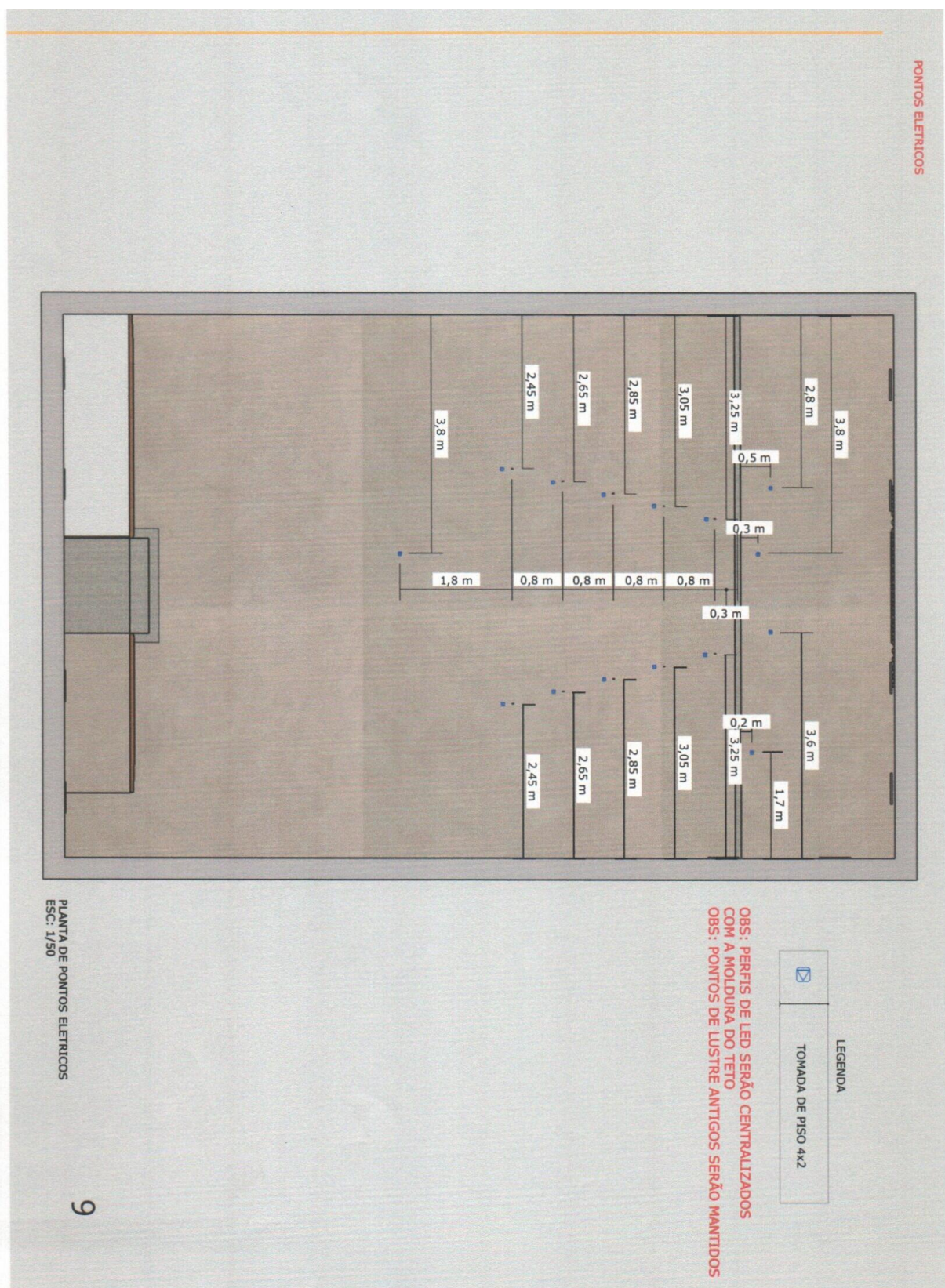
Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49





Câmara Municipal de Bom Jardim

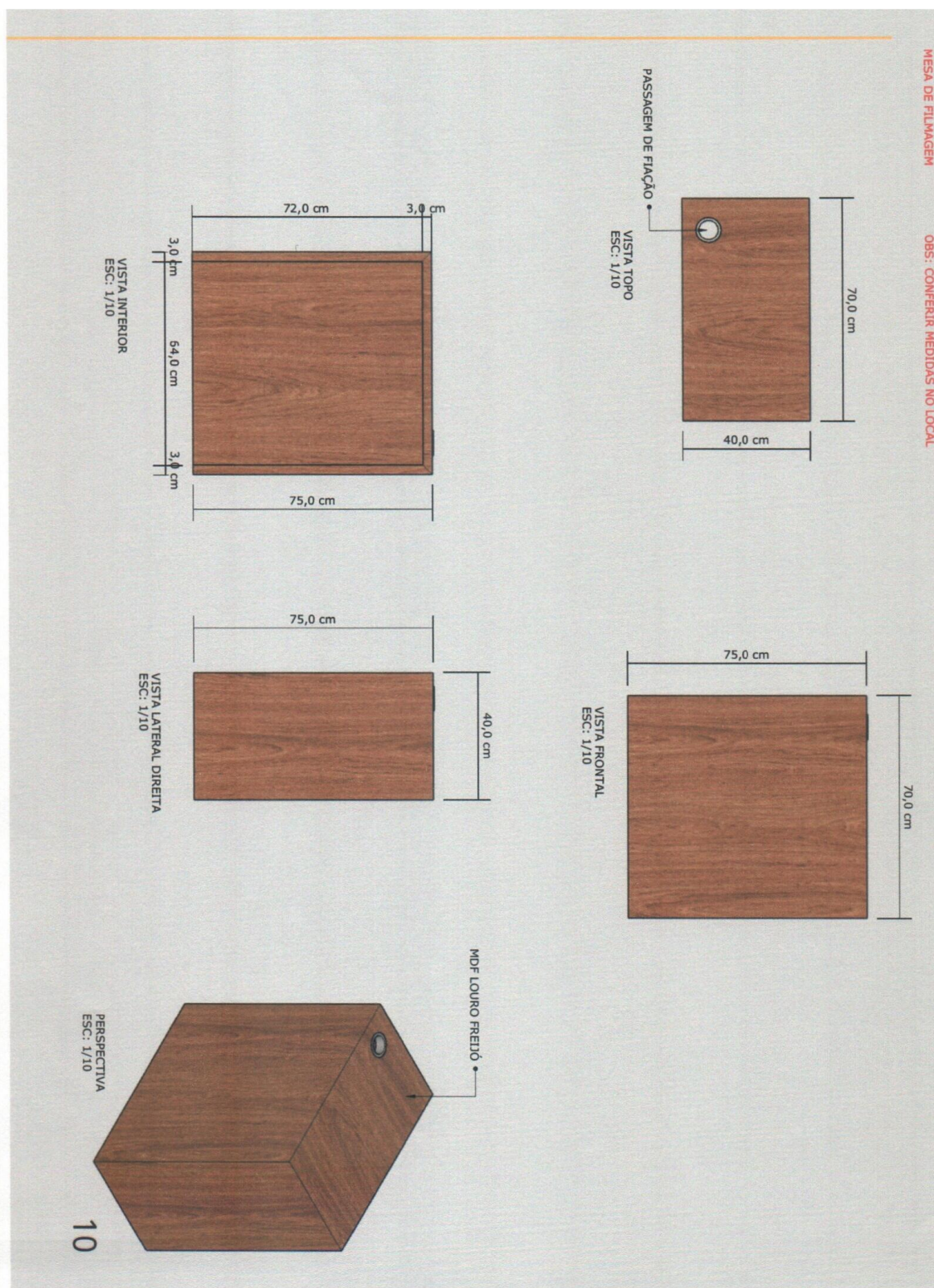
Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49





Câmara Municipal de Bom Jardim

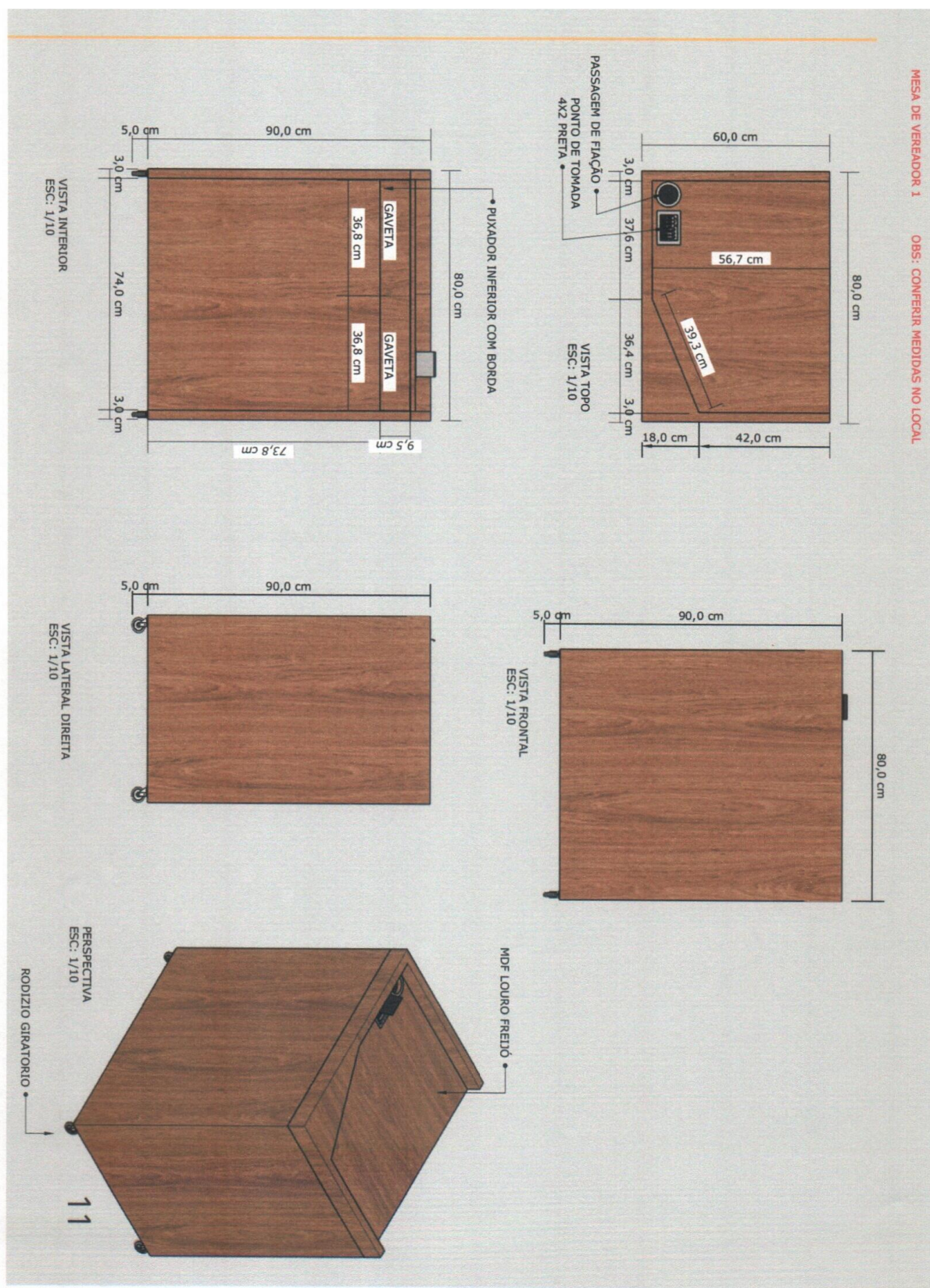
Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49





Câmara Municipal de Bom Jardim

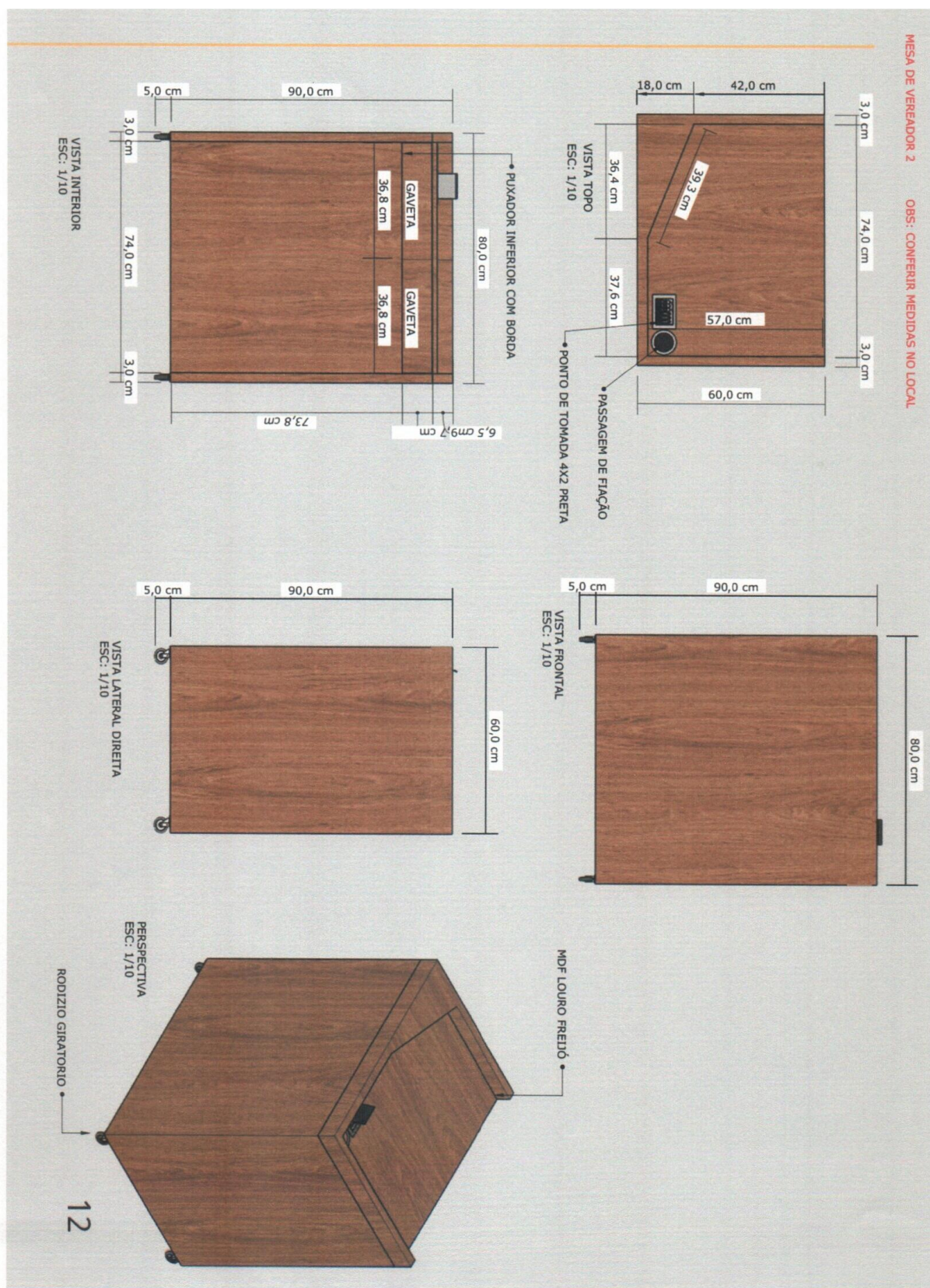
Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49





Câmara Municipal de Bom Jardim

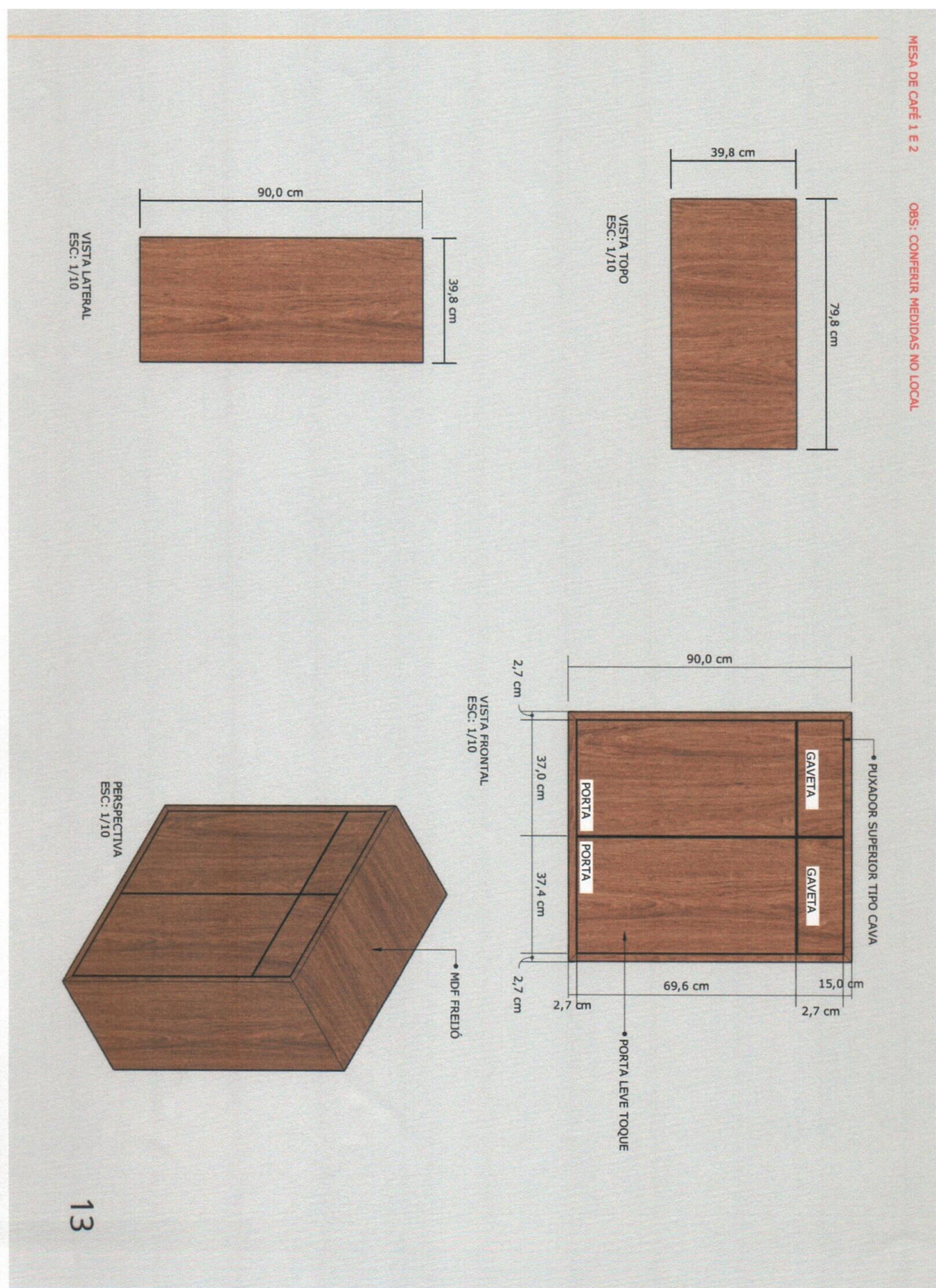
Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49





Câmara Municipal de Bom Jardim

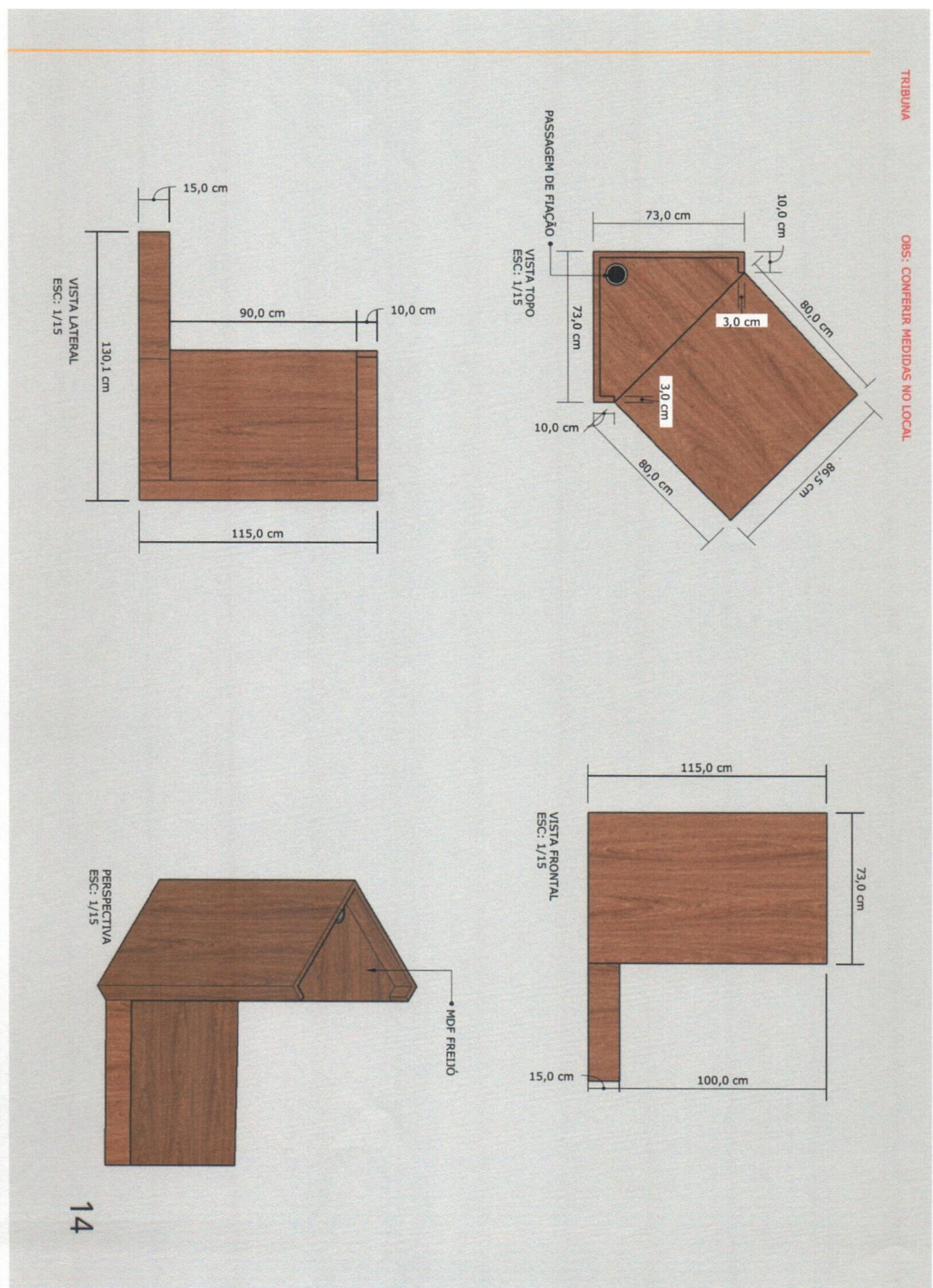
Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49





Câmara Municipal de Bom Jardim

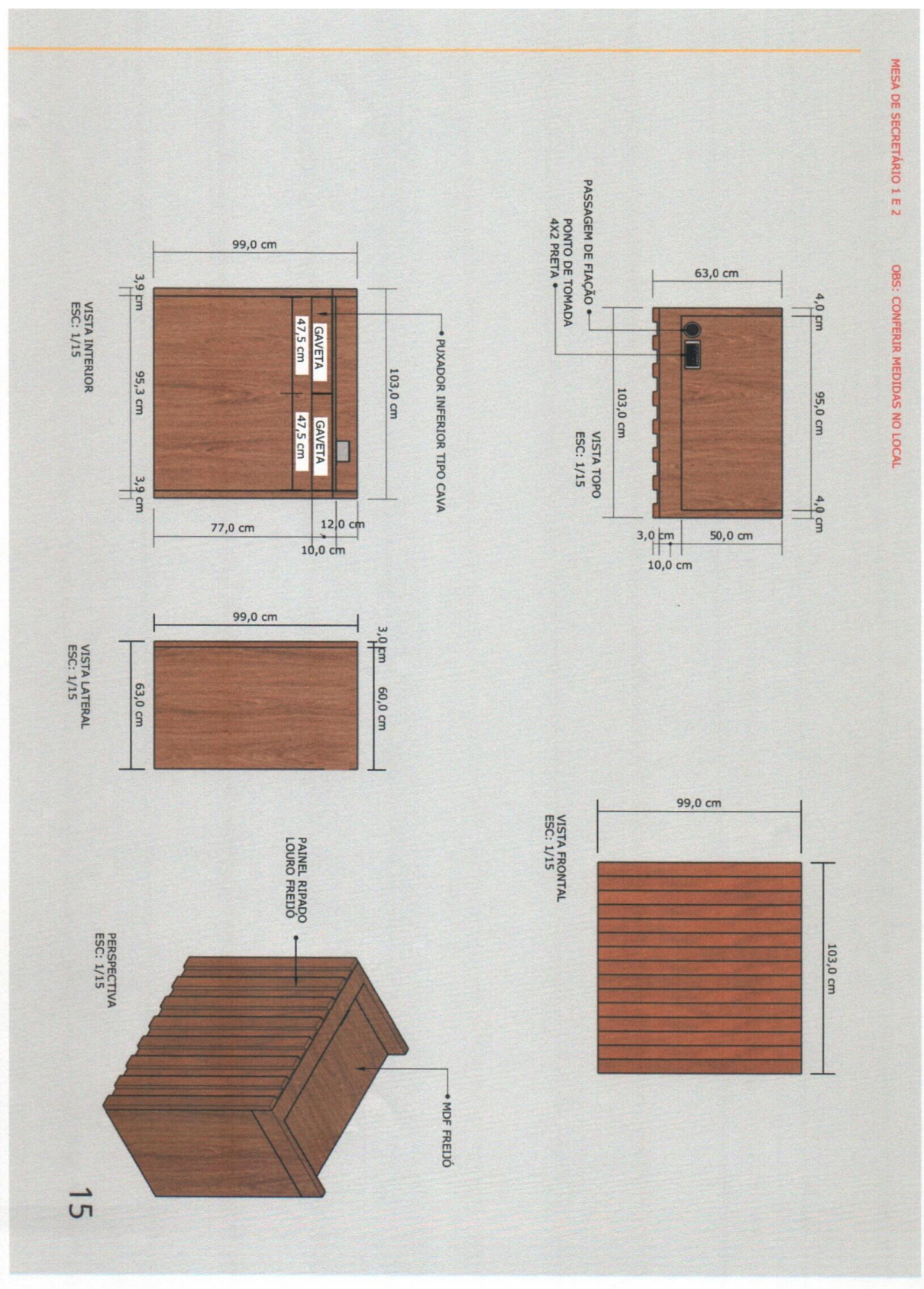
Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49





Câmara Municipal de Bom Jardim

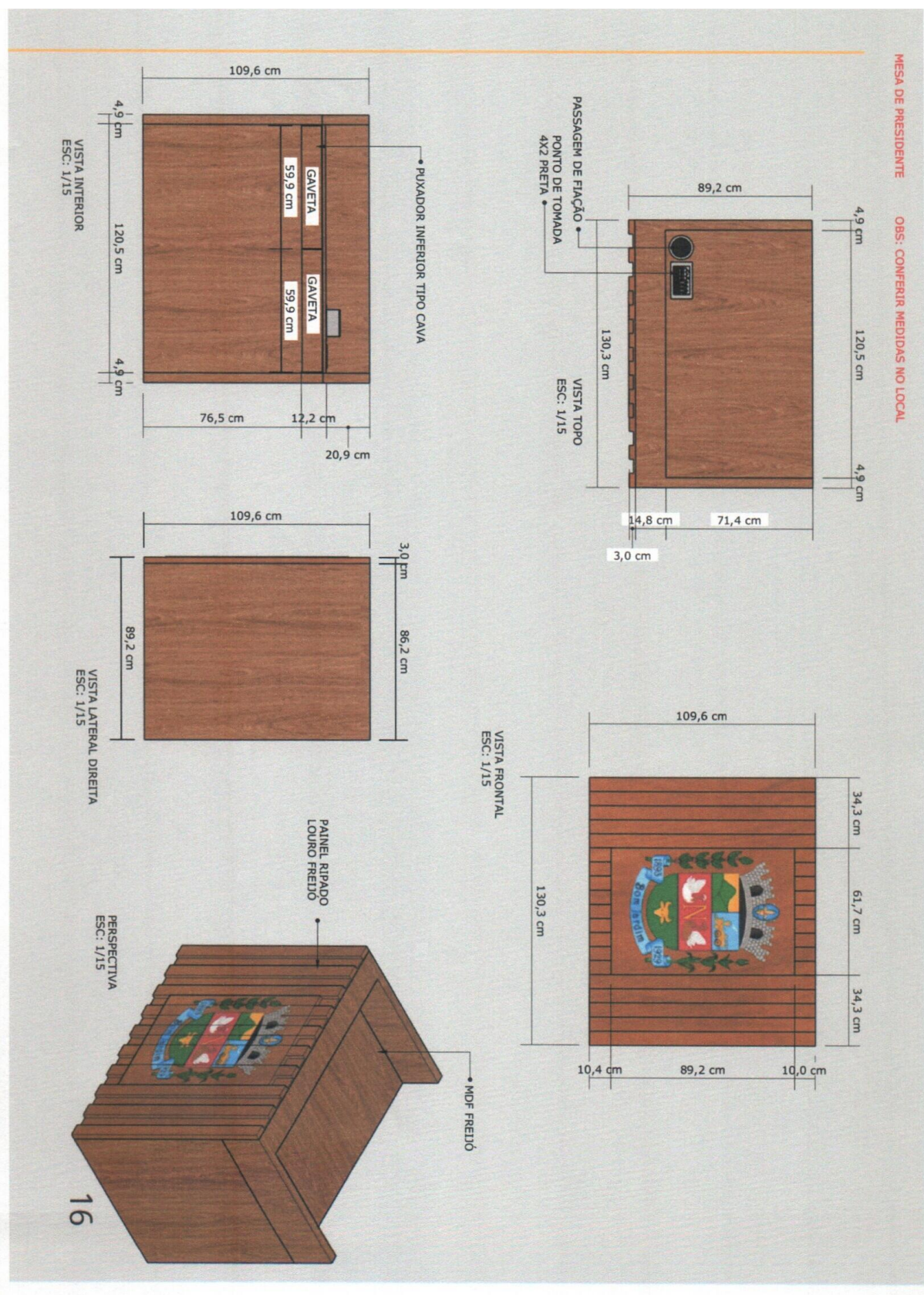
Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49





Câmara Municipal de Bom Jardim

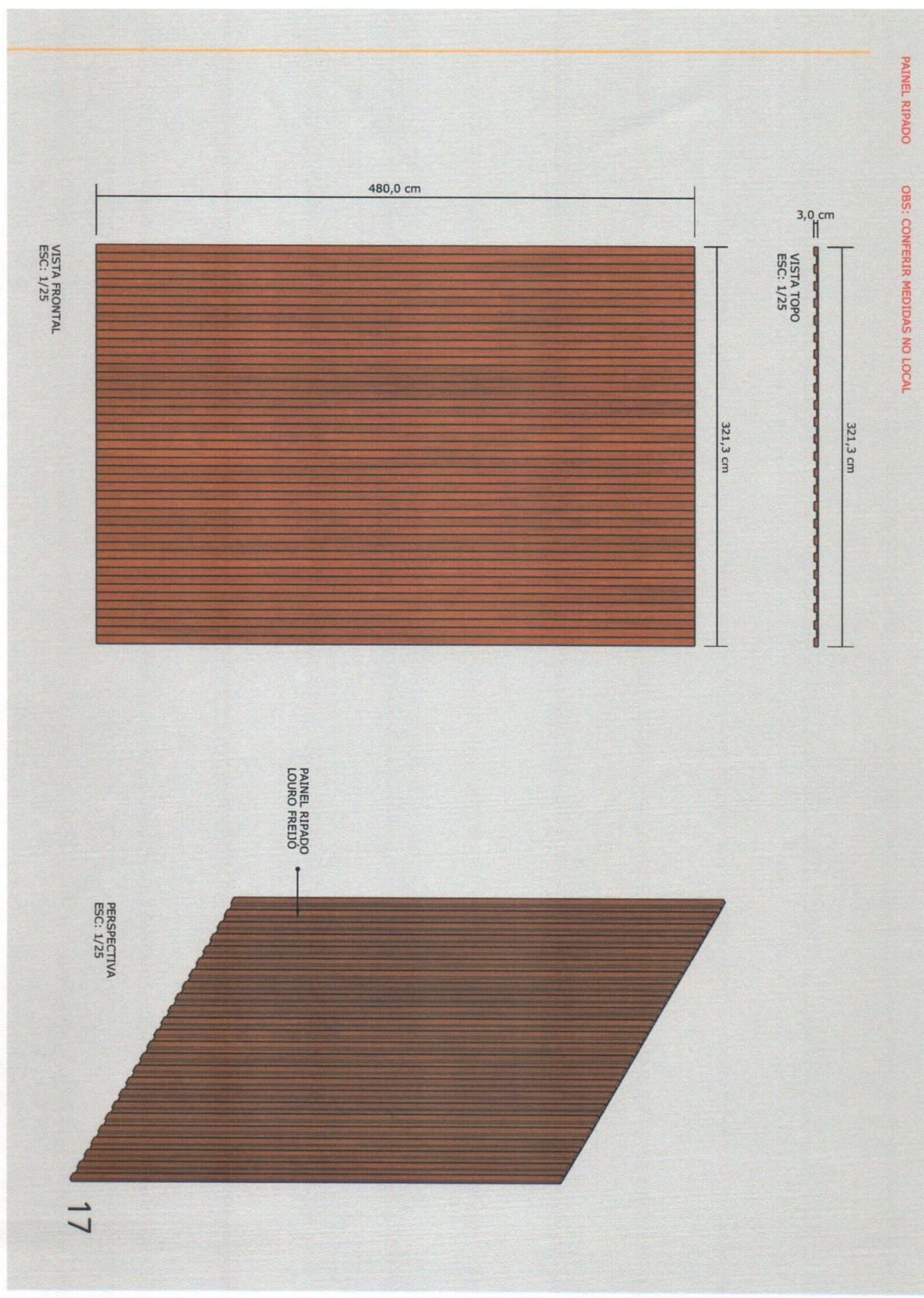
Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49





Câmara Municipal de Bom Jardim

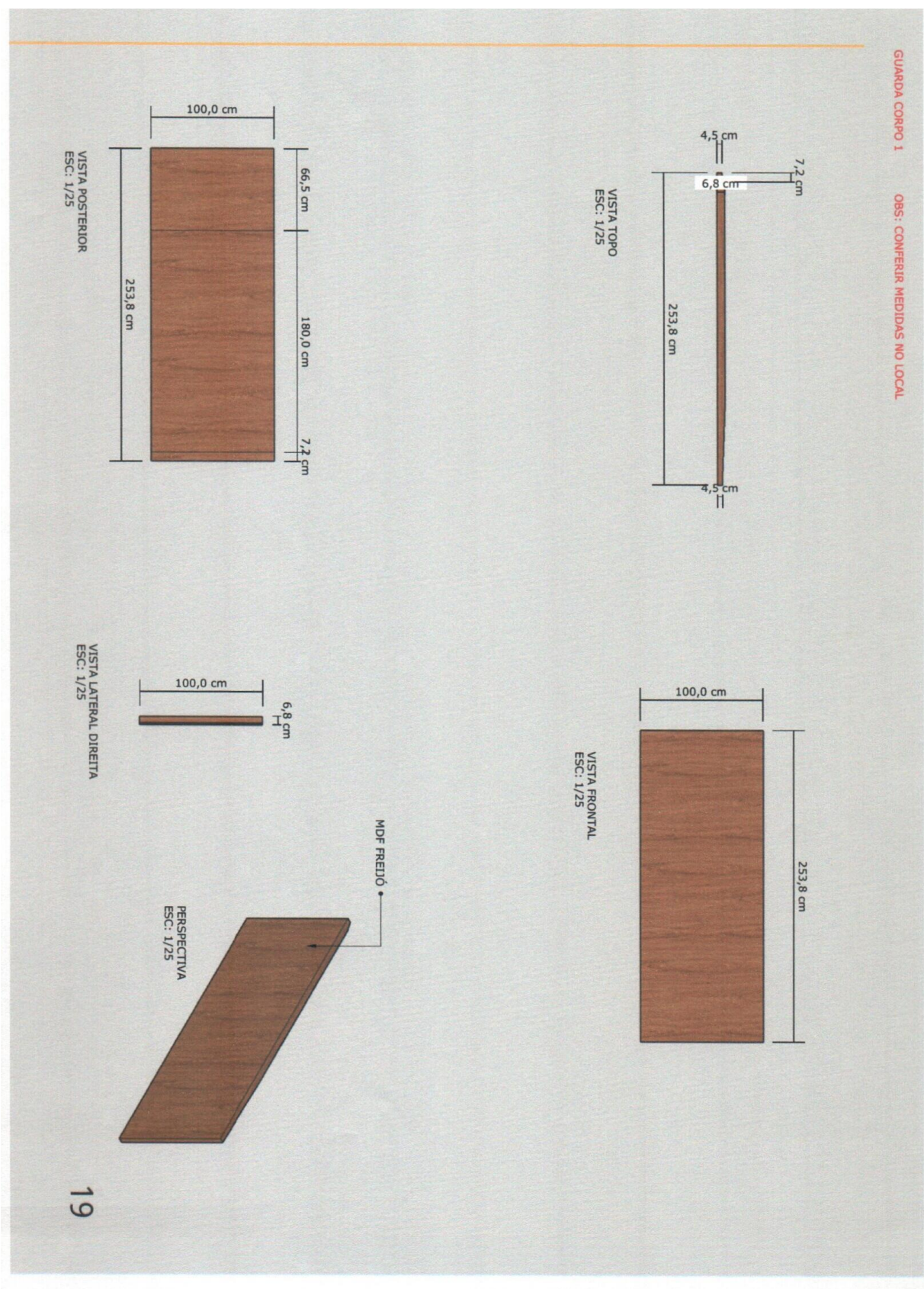
Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49





Câmara Municipal de Bom Jardim

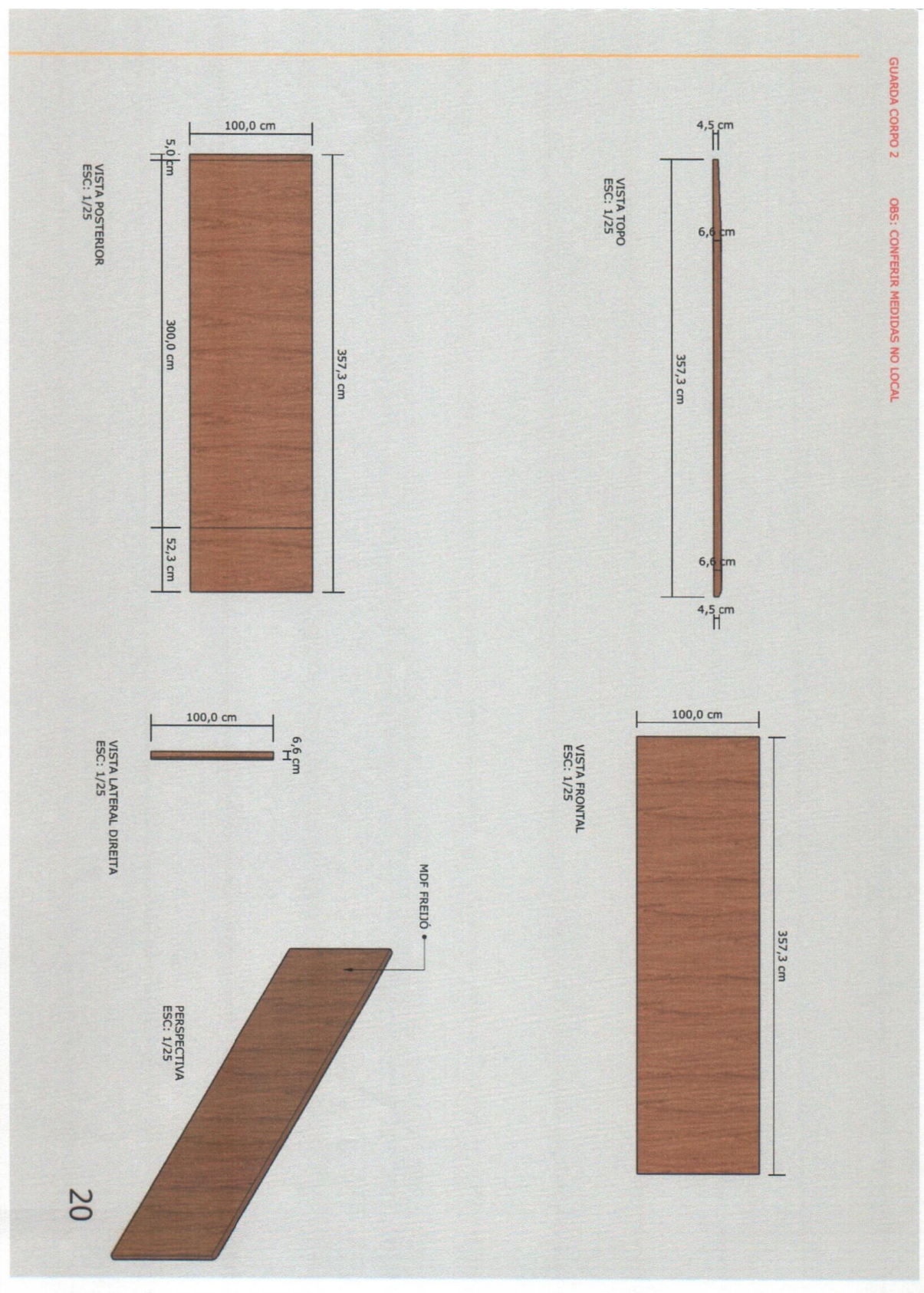
Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49





Câmara Municipal de Bom Jardim

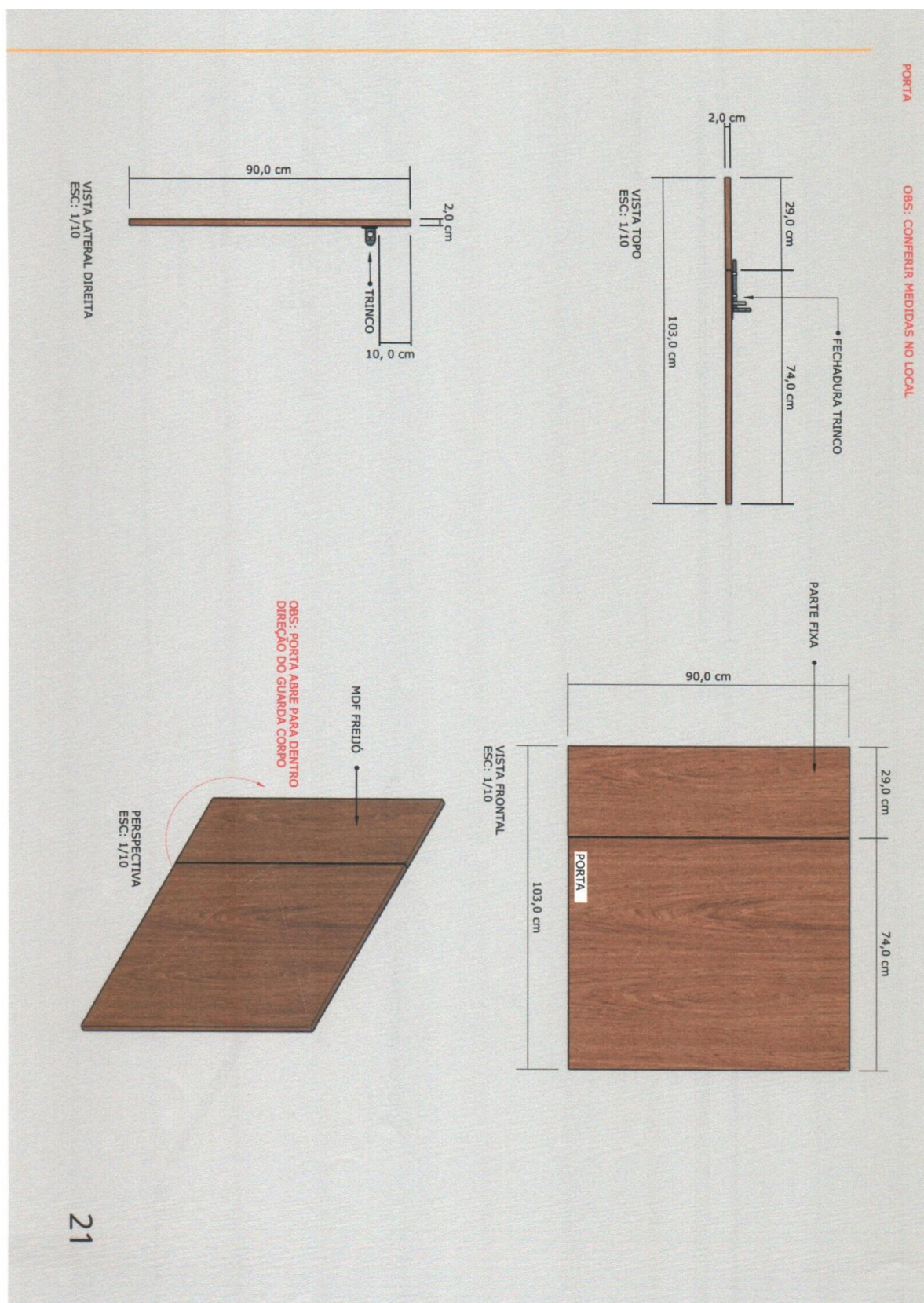
Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49





Câmara Municipal de Bom Jardim

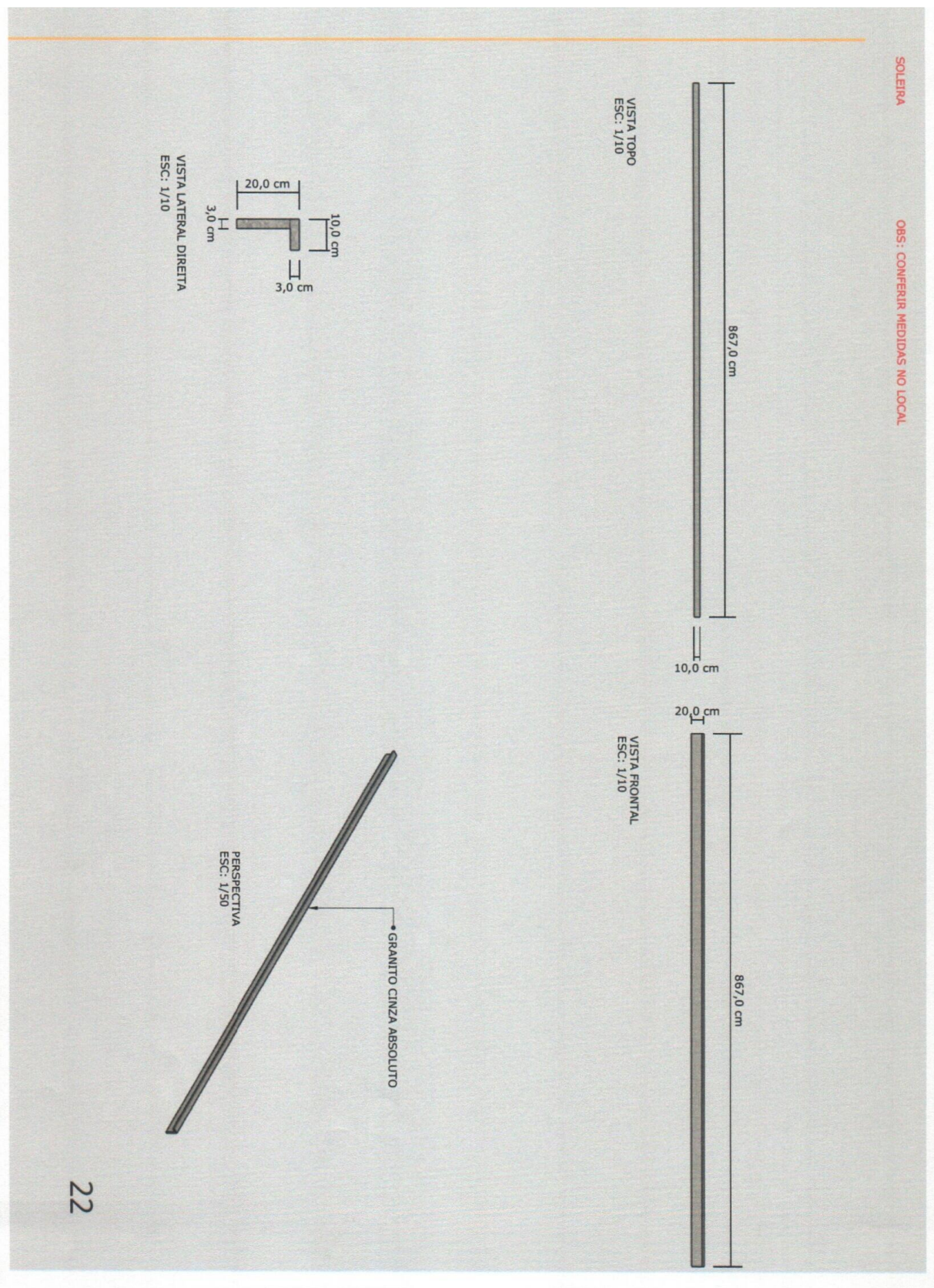
Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49





Câmara Municipal de Bom Jardim

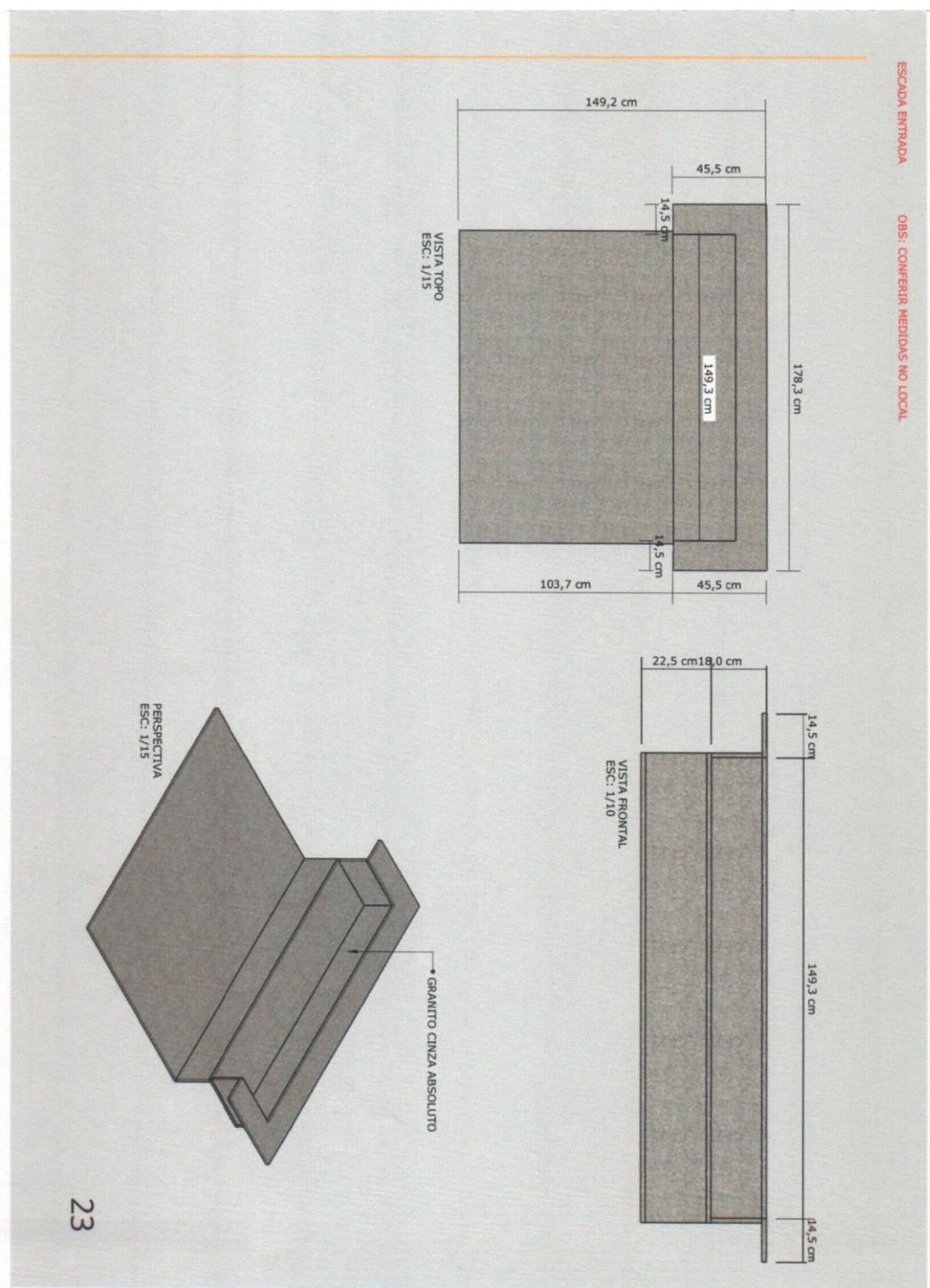
Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49



Obs.: O Projeto Arquitetônico contempla a aquisição de todo o mobiliário do Plenário, sendo, contudo, objeto desta licitação **EXCLUSIVAMENTE** o mobiliário conforme os anexos.



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

ANEXO II

6 – DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA DO ITEM 1.2 DO EDITAL:

() DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa **realizou a visita técnica**, conforme atestado emitido pela Câmara Municipal de Bom Jardim/RJ, em anexo.

() DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa **optou por não realizar a visita técnica**, e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, nos termos da Súmula nº 01 de 19/06/2018, do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Assinatura do Representante Legal
CARIMBO

Nome do Representante Legal:

Cart. de Identidade:

CPF:

Cargo:

_____ (Local), _____ (data completa).



Câmara Municipal de Bom Jardim

Praça Cel. Monnerat, 252 - Centro

Bom Jardim - RJ - CEP: 28660-000

Tel.: (22) 97600-0013

E-mail: presidencia@camarabomjardim.rj.gov.br

CNPJ 00.495.116/0001-49

ANEXO III

6 – DECLARAÇÃO DE LAUDOS TÉCNICOS DO ITEM 1.3 DO EDITAL:

- () DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa possui as normas de ergonomia (NR 17).
- () DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa possui a Certificação ABNT (NBR 15.878/2011).
- () DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa possui o Laudo de Densidade da Espuma (NBR 8.537/2015).
- () DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa possui o Laudo de Queima de Espuma (NBR 9.178/2015).
- () DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa possui o Ensaio de Inflamabilidade de Estofados (BS 5.852/2006 TECIDO/ESPUMA).
- () DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa possui Determinação Película Seca (ESPESSURA MÍNIMA 70mm) (NBR 10.443/2008).
- () DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa possui Determinação de Aderência da tinta (GR = 0) (NBR 11.003/2023).
- () DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa possui Avaliação do grau de Enferrujamento (ABNT NBR ISO 4.628-3/2022).
- () DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa possui Determinação da Resistência ao Rasgamento (MIN 700) (NBR 8.516/2015).

Assinatura do Representante Legal
CARIMBO

Nome do Representante Legal:

Cart. de Identidade:

CPF:

Cargo:

_____(Local), _____(data completa).